



MINISTÉRIO DA FAZENDA

RESULTADO DO TESOURO NACIONAL

Brasília, setembro/2002

MINISTRO DA FAZENDA
Pedro Sampaio Malan

SECRETÁRIO-EXECUTIVO
Amaury Guilherme Bier

SECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL
Eduardo Refinetti Guardia

CHEFE DE GABINETE
Paulo Márcio Neves Rodrigues

SECRETÁRIOS-ADJUNTOS
Almério Cançado de Amorim
Renato Villela
Rubens Sardenberg
Tarcísio José Massote de Godoy

COORDENADOR-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS
Cleber Ubiratan de Oliveira

EQUIPE
Alex Pereira Benício
Daniel Silva Balaban
Fabiana Magalhães Rodopoulos
José Cordeiro Neto
Lindemberg de Lima Bezerra
Paula Bicudo Magalhães

O RESULTADO DO TESOURO NACIONAL é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Distribuição:
(61) 412-3970/3971

Informações:
Tel: (61) 412-2203
Fax: (61) 412-1700

Correio Eletrônico: stncesef@fazenda.gov.br
Home Page: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

Ministério da Fazenda
Esplanada dos Ministérios, bloco "P", 2º andar
70048-902 - Brasília-DF

Para assegurar a tempestividade e atualidade do texto, a revisão desta publicação é necessariamente rápida, razão pela qual podem subsistir eventuais erros.

ISSN 1519-2970
Referência bibliográfica

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. Resultado do Tesouro Nacional. Brasília: STN, v. 8, n. 9, set. 2002. 32 p. Mensal. ISSN 1519-2970.

Resultado do Tesouro Nacional / Secretaria do Tesouro Nacional. – vol. 1, n. 1 (1995)- . – Brasília : STN, 1995- .
Continuação de: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional.
ISSN 1519-2970
1.Finanças Públicas 2.Tesouro Nacional 3.Fazenda Pública I. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional

RESULTADO FISCAL DO GOVERNO CENTRAL

O governo central registrou superávit primário de R\$ 6,6 bilhões no mês de setembro. O Tesouro Nacional contribuiu para esse resultado com superávit de R\$ 8,1 bilhões, enquanto a Previdência Social (RGPS) e o Banco Central foram deficitários em R\$ 1,4 bilhão e R\$ 86,8 milhões, respectivamente. Com esses resultados, o superávit do governo central acumulado no ano atingiu R\$ 30,0 bilhões, valor equivalente a 3,19% do PIB estimado para o período.

O resultado primário do governo central no mês de setembro foi superavitário em R\$ 6,6 bilhões.

**TABELA 1
RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (*)
BRASIL, 2001-2002**

DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	R\$ Milhões			
	Ago 2002	Set 2002	Jan-Set 2001	2002
I. RECEITA TOTAL	24.141,4	29.098,1	197.591,3	231.314,4
I.1. Receitas do Tesouro	18.335,3	23.341,7	153.853,9	182.283,0
I.1.1 Receita Bruta	19.757,8	24.085,3	158.734,5	188.005,8
I.1.2. (-) Restituições	-1.422,5	-743,5	-4.661,5	-5.623,5
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	-219,0	-99,3
I.2. Receitas da Previdência Social	5.806,0	5.756,4	43.737,4	49.031,4
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	4.183,2	4.413,2	34.106,7	40.717,9
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	19.958,2	24.684,9	163.484,6	190.596,5
IV. DESPESA TOTAL	18.555,2	17.999,4	139.334,7	160.098,7
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais	5.543,6	5.248,9	46.424,3	52.419,6
IV.2. Benefícios Previdenciários	7.117,2	7.167,1	51.340,7	59.861,4
IV.3. Custeio e Capital	5.894,4	5.583,3	41.569,7	47.817,7
IV.3.1. Despesas do FAT	879,9	795,4	4.817,6	5.648,5
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas	164,8	-4,3	2.620,6	653,2
IV.3.3. Outras Despesas	4.849,8	4.792,2	34.131,5	41.516,0
V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO FEDERAL (III - IV)	1.403,0	6.685,5	24.149,9	30.497,8
V.1. Tesouro Nacional	2.714,1	8.096,3	31.753,2	41.327,8
V.2. Previdência Social (RGPS) (1)	-1.311,1	-1.410,8	-7.603,3	-10.830,0
VI. RESULTADO PRIMÁRIO BANCO CENTRAL (2)	-77,5	-86,8	-495,5	-529,2
VII. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (V + VI)	1.325,5	6.598,7	23.654,4	29.968,6
VIII. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB			2,73%	3,19%

(*) Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária.

(1) Receita de Contribuições menos Benefícios Previdenciários

(2) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias

PRINCIPAIS VARIAÇÕES Acumulado: set2002/set2001	
Receitas	17,1%
Tesouro	18,5%
Previdência	12,1%
Transferências	19,4%
Receita Líquida	16,6%
Despesas	14,9%
Benefícios	16,6%
Pessoal	12,9%
Custeio e Capital	15,0%

O resultado acumulado no ano está 0,5 ponto percentual do PIB acima do obtido no mesmo período de 2001, conforme apresentado na tabela 1. As receitas totais do governo central cresceram 17,1%, atingindo o montante de R\$ 231,3 bilhões, contra R\$ 197,6 bilhões arrecadados em igual período do ano passado. Destacam-se as receitas extraordinárias deste ano, sem correspondência em 2001, tais como as decorrentes i) da desistência de ações judiciais e administrativas e conseqüente pagamento de débitos em atraso (R\$ 9,5 bilhões por fundos de pensão e R\$ 3,6 bilhões pelos demais contribuintes), conforme previsto nas MP nºs 2.222/2001, 38/2002 e 66/2002; ii) da cobrança da CIDE sobre combustíveis (R\$ 5,4 bilhões); e iii) da tributação sobre o lucro obtido na alienação de títulos públicos (R\$ 1,5 bilhão).

RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL Jan-Set (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2001	2002
Receita Total	22,8%	24,6%
Transferências	3,9%	4,3%
Receita Líquida	18,9%	20,3%
Despesa Total	16,1%	17,1%
Resultado Primário	2,7%	3,2%

RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL Jan-Set (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2001	2002
Tesouro Nacional	3,7%	4,4%
Previdência Social	-0,9%	-1,2%
Banco Central	-0,1%	-0,1%
Governo Central	2,7%	3,2%

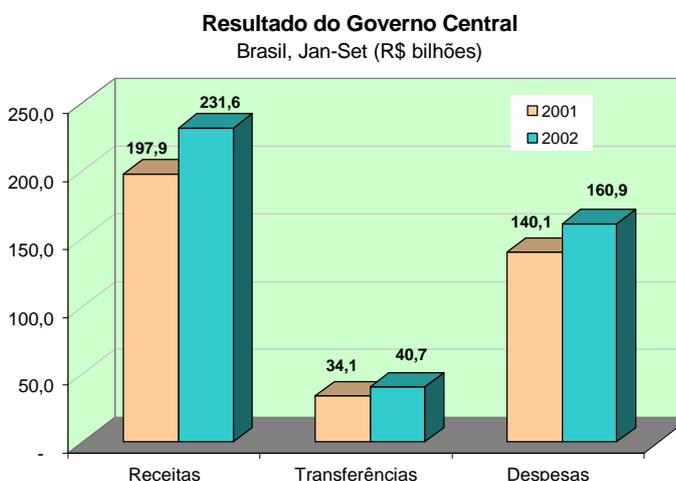
No mês, o destaque foi a arrecadação por conta da recuperação de débitos em atraso, de acordo com a MP nº 66/2002, que permitiu o recebimento de R\$ 3,5 bilhões em tributos (IR, CSLL, Cofins e PIS, entre os mais importantes), sendo pouco mais da metade devido à prorrogação do prazo de pagamento para os Fundos de Pensão (R\$ 1,8 bilhão), parte associada a débitos não vinculados a ações judiciais (R\$ 1,5 bilhão), e o restante proveniente do pagamento de depósitos judiciais (R\$ 238,7 milhões) e da nova regulamentação tributária do mercado atacadista de energia elétrica (R\$ 22,5 milhões). Além disso, houve o pagamento de R\$ 550,0 milhões em IR e CSLL devido ao lucro obtido por empresas estatais com a depreciação cambial dos últimos meses. Esses fatores, entre outros, contribuíram para que a arrecadação do Tesouro Nacional, em setembro, superasse a do mês anterior em R\$ 5,0 bilhões (27,3%).



As transferências a estados e municípios aumentaram 19,4% este ano, acompanhando, em parte, o comportamento das receitas partilhadas, particularmente do imposto de renda, que cresceu 34,6% em relação ao observado entre janeiro e setembro do ano anterior. Com isso, as transferências totalizaram R\$ 40,7 bilhões até setembro, e a receita líquida do governo central, excluindo as transferências, totalizou R\$ 190,6 bilhões, 16,6% acima da verificada até setembro do ano passado.

Por sua vez, as despesas do governo central atingiram R\$ 160,1 bilhões no período, tendo crescido R\$ 20,8 bilhões (14,9%) em relação ao acumulado de janeiro a setembro do ano anterior. As despesas com pessoal e encargos sociais cresceram R\$ 6,0 bilhões (12,9%) devido, entre outros fatores, ao realinhamento salarial e reestruturação de carreiras específicas do funcionalismo público e ao aumento salarial de 3,5% concedido no início deste ano.

O resultado primário do governo central acumulado até setembro aumentou 26,7% em relação ao mesmo período do ano passado.



(*) Inclui receitas e despesas do Banco Central

As despesas de custeio e capital totalizaram R\$ 47,8 bilhões no acumulado do ano, ante R\$ 41,6 bilhões desembolsados em igual período de 2001. Os gastos do FAT com seguro desemprego e abono salarial aumentaram 17,2% no período, como decorrência, principalmente, do reajuste do salário mínimo a partir de abril deste ano. As outras despesas de custeio e capital cresceram 21,6%. No Ministério da Saúde somaram R\$ 16,2 bilhões no período, contra R\$ 14,3 bilhões até setembro do ano passado, o que se deve, em parte, ao cumprimento da Emenda Constitucional nº 29/2000. Ademais, verificou-se aumento nas despesas do Ministério da Educação, as quais passaram de R\$ 3,1 bilhões, até setembro de 2001, para R\$ 4,7 bilhões este ano. As despesas no âmbito do Fundo de Combate à Pobreza, criado pela Emenda Constitucional nº 31/2000, totalizaram R\$ 2,5 bilhões este ano, contra R\$ 146,4 milhões no mesmo período do ano anterior.

Por fim, a Previdência Social apresentou déficit de R\$ 10,8 bilhões até setembro, contra R\$ 7,6 bilhões em igual período de 2001. Houve crescimento nominal de R\$ 5,3 bilhões (12,1%) nas contribuições previdenciárias, e, em relação ao PIB, ligeiro acréscimo, passando de 5,0% para 5,2%. As despesas com benefícios previdenciários, por sua vez, cresceram R\$ 8,5 bilhões, atingindo cerca de 6,4% do PIB, contra 5,9% no mesmo período do ano passado. Em grande medida, esse acréscimo deveu-se aos incrementos de 11,6% e 3,3%, respectivamente no valor e na quantidade médios de benefícios do período de janeiro a setembro deste ano, relativamente a igual período do ano passado.

Em setembro a receita bruta do Tesouro Nacional aumentou R\$ 4,3 bilhões (21,9%) em relação ao mês anterior. Esse incremento decorreu, principalmente, do pagamento de tributos atrasados sob o amparo da MP nº 66, de 29 de agosto de 2002, totalizando uma arrecadação de R\$ 3,5 bilhões. Destaque-se o recolhimento em virtude da prorrogação do prazo para a quitação de débitos dos fundos de pensão (R\$ 1,8 bilhão) e de débitos não vinculados a ações judiciais (R\$ 1,5 bilhão).

Além dos efeitos promovidos pela MP nº 66/2002, os seguintes fatores afetaram positivamente a arrecadação dos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal (SRF):

- resgate de aplicações financeiras de residentes ou domiciliados no exterior, proporcionando receitas de R\$ 354,0 milhões a título do IRRF;
- apuração de resultado positivo por empresas estatais devido à variação cambial, resultando no pagamento de IRPJ e CSLL no valor de R\$ 550,0 milhões;

Até setembro de 2002, a realização nas despesas no âmbito do Fundo de Combate à pobreza totalizou R\$ 2,5 bilhões, contra R\$ 146,4 milhões no mesmo período do ano anterior.

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA Jan-Set (R\$ bilhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2001	2002
Contribuição	43,7	49,0
Benefícios	51,3	59,9
Resultado Primário	-7,6	-10,8

Receitas do Tesouro em relação ao mês anterior

A receita bruta aumentou R\$ 4,3 bilhões em setembro devido, principalmente, ao pagamento de débitos tributários atrasados sob o amparo da MP nº 66/2002.

- arrecadação atípica referente a depósitos judiciais superiores a agosto em R\$ 338,0 milhões; e
- pagamento da primeira cota ou cota única do ITR/2001, ocasionando um aumento de R\$ 106,9 milhões nos recolhimentos desse tributo.

As demais receitas do Tesouro Nacional superaram a arrecadação de agosto em R\$ 586,2 milhões, devido, principalmente, à elevação: (i) das receitas de dividendos (R\$ 296,1 milhões), em virtude dos pagamentos efetuados pelo FND (R\$ 118,7 milhões), relativo ao exercício de 2001, e pelo Banco do Brasil (R\$ 181,0 milhões), referente ao primeiro semestre de 2002; (ii) da arrecadação de *royalties* e participação especial pela produção de petróleo e gás natural (Lei nº 9.478/1997), no valor de R\$ 90,8 milhões.

Receitas do Tesouro em relação ao ano anterior

*Até setembro de 2002, as
receitas do Tesouro
perfizeram 20,0% do PIB,
contra 18,3% do PIB no
mesmo período do ano
passado.*

No ano, a receita bruta do Tesouro Nacional totalizou R\$ 188,0 bilhões, equivalente a 20,0% do PIB, contra 18,3% do PIB observada em igual período de 2001, quando perfizer R\$ 158,7 bilhões. Comparativamente ao ano anterior houve incremento nas receitas de impostos e contribuições sociais equivalente a 1,9 ponto percentual do PIB, ao passo que as demais receitas do Tesouro Nacional diminuíram 0,2 ponto percentual do PIB.

O crescimento das receitas administradas pela SRF foi afetado principalmente pelos pagamentos de débitos tributários atrasados, R\$ 13,1 bilhões, em conformidade com as MP nº 2.221/2001, 38/2002 e 66/2002, e pela cobrança da CIDE – Combustíveis a partir de janeiro de 2002, totalizando R\$ 5,4 bilhões até setembro.

Por outro lado, observou-se redução nominal de R\$ 1,4 bilhão no recolhimento do Imposto de Importação, em função da redução de 6,7% no valor em dólar das importações tributadas e de 19,2% na alíquota desse imposto.

RECEITAS DO TESOURO NACIONAL Jan-Set (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2001	2002
Impostos	8,2%	9,2%
Imposto de Renda	5,4%	6,7%
IPI	1,7%	1,5%
Outros	1,1%	0,9%
Contribuições	7,8%	8,8%
Cofins	4,0%	3,9%
CPMF	1,4%	1,5%
CSLL	0,8%	1,1%
Cide - Combustíveis	-	0,6%
Outras	1,6%	1,7%
Demais	2,3%	2,0%
Dividendos da União	0,3%	0,2%
Concessões	0,5%	0,2%
Outras	1,5%	1,6%
Total Bruto	18,3%	20,0%

As “demais receitas” apresentaram decréscimo nominal de 3,2% em relação a 2001, equivalente a R\$ 629,0 milhões. Tal redução concentrou-se em: i) receita de concessão, que registrou diminuição de R\$ 2,7 bilhões, explicada pela arrecadação extraordinária ocorrida no ano anterior, por meio de leilão para concessão e exploração de serviços públicos nas áreas de telecomunicações, petróleo e energia elétrica; ii) receita com os dividendos pagos à União, os quais apresentaram queda de R\$ 385,5 milhões (14,6%), em virtude dos menores pagamentos efetuados pela Petrobrás, BNDES e Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND). Deve-se destacar que, em 2001, o FND efetuou

recolhimento de dividendos acumulados referentes aos exercícios de 1999 e 2000.

Ainda no âmbito das “demais receitas”, verificou-se aumento de R\$ 966,3 milhões na arrecadação de *royalties* pela produção de petróleo e gás natural (Lei nº 9.478/1997). Tal variação decorreu do aumento da produção interna de petróleo e gás natural e do preço no mercado internacional, o qual baliza o preço de referência publicado pela Agência Nacional de Petróleo (ANP). Por fim, vale mencionar a arrecadação atípica de depósitos judiciais relativos à dívida ativa no valor de R\$ 434,8 milhões, ocorrida em fevereiro de 2002.

Até setembro, as transferências a estados e municípios apresentaram crescimento de 0,4 ponto percentual do PIB, quando comparadas a idêntico período de 2001, o que corresponde a um incremento nominal de R\$ 6,6 bilhões (19,4%). As transferências constitucionais apresentaram um acréscimo de R\$ 5,6 bilhões (20,7%), refletindo o bom desempenho dos tributos partilhados, sobretudo o Imposto de Renda, cuja arrecadação foi afetada pelo recolhimento de débitos atrasados.

Por sua vez as transferências relativas à desoneração do ICMS (Lei Complementar nº 87/1996), atingiram 0,32 ponto percentual do PIB, permanecendo praticamente no mesmo nível de 2001. Esses repasses registraram acréscimo de R\$ 277,7 milhões (10,3%), em relação a idêntico período de 2001.

As demais transferências acumulam no ano R\$ 5,3 bilhões, superando em R\$ 759,3 milhões (16,7%) o valor registrado em igual período de 2001. Esse aumento concentrou-se nos repasses decorrentes dos *royalties* petróleo e participação especial estabelecidos na Lei nº 9.478/1997, cuja elevação foi de R\$ 420,5 milhões.

Em setembro, as despesas do Tesouro Nacional apresentaram redução de R\$ 605,8 milhões (5,3%), relativamente a agosto. Os gastos com pessoal e encargos sociais passaram de R\$ 5,5 bilhões, em agosto, para R\$ 5,2 bilhões no mês em análise. Por sua vez, as despesas com custeio e capital reduziram-se na mesma magnitude, passando de R\$ 5,9 bilhões para R\$ 5,6 bilhões.

A despesas do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) atingiram R\$ 795,4 milhões, apresentando queda de 9,6% em relação ao mês anterior.

DIVIDENDOS PAGOS À UNIÃO Jan-Set (R\$ milhões)		
EMPRESAS	2001	2002
Petrobras	1.201,3	1.036,8
BNDDES	549,9	444,4
FND	378,7	118,7
CVRD	148,1	102,5
ECT	47,2	124,8
Banco do Brasil	165,5	292,9
Demais	156,6	141,6
Total	2.647,3	2.261,7

Transferências a estados e municípios

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS Jan-Set (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2001	2002
Constitucionais	3,10%	3,45%
Desoneração do ICMS	0,31%	0,32%
Demais	0,52%	0,56%
Total	3,93%	4,33%

Despesas do Tesouro em relação ao mês anterior

Em setembro, as despesas do Tesouro Nacional apresentaram redução nominal de R\$ 605,8 milhões (5,3%), relativamente ao mês de agosto.

Contribuiu para esse resultado a redução nas despesas do seguro desemprego, que passaram de R\$ 556,2 milhões, em agosto, contra R\$ 470,8 milhões esse mês. Vale ressaltar que em setembro foi efetuada transferência de recursos no valor de R\$ 276,5 milhões às instituições financeiras para pagamento da terceira parcela do exercício 2002/2003 do abono salarial do PIS/Pasep, ao passo que, em agosto, perfizeram R\$ 265,0 milhões, conforme cronograma estabelecido na Resolução Codefat nº 284, de 6/07/2002.

Boxe 1 – Decreto nº 4.415, de 08/10/2002

A arrecadação de setembro acima das estimativas permitiu a ampliação dos limites de pagamento previstos no Decreto nº 4.369/2002 em R\$ 1,6 bilhão para o Poder Executivo e R\$ 20,7 milhões para os demais Poderes e Ministério Público da União (MPU), sem prejuízo do objetivo de resultado primário estabelecido. Dois terços da ampliação dos limites do Poder Executivo serão distribuídos aos órgãos com necessidades específicas, ficando R\$ 617,0 milhões para futura alocação. A ampliação dos limites para movimentação e empenho atingiu o montante de R\$ 500,0 milhões, sendo que R\$ 270,0 milhões foram distribuídos de imediato para os órgãos.

A receita administrada pela SRF prevista para o ano foi reestimada em R\$ 218,9 bilhões, R\$ 2,8 bilhões acima da estimativa de R\$ 216,1 bilhões constante no Decreto nº 4.369/2002. Deduzida a respectiva elevação nas transferências constitucionais e legais para Estados e Municípios – no valor de R\$ 0,7 bilhão – chegou-se a um aumento na previsão da receita líquida de R\$ 2,1 bilhões.

A reestimativa das receitas para o restante do exercício decorreu, basicamente, dos efeitos da MP nº 66, de 29/08/2002, com arrecadação de R\$ 3,5 bilhões decorrente: i) de débitos não vinculados à ação judicial (R\$ 1,5 bilhão); ii) de desistência de ação judicial (R\$ 238,7 milhões); e iii) da prorrogação do prazo de pagamento pelos Fundos de Pensão (R\$ 1,8 bilhão). A maior parte desses recursos ingressou na forma de IRPJ e, em menor montante, nas formas de CSLL, CPMF, Cofins e PIS.

Além desses efeitos, contribuiu ainda para o incremento da arrecadação de setembro, o resgate de aplicações de instituições financeiras, com impacto positivo sobre o IRRF. Ademais, houve apuração de lucro por parte de empresas estatais devido à desvalorização cambial, com efeitos positivos tanto no IRPJ como na CSLL.

As principais alterações nas despesas não-discricionárias em relação ao Decreto nº 4.369/2002 foram: i) inclusão do dispêndio com pagamento de complementação de bônus a consumidores residenciais de energia elétrica no montante de R\$ 123,0 milhões, por meio de crédito extraordinário autorizado pela MP nº 72, de 8/10/2002; ii) reestimativa das despesas com abono salarial e seguro-desemprego e os gastos do Banco Central com a emissão de numerário, com elevações de R\$ 173,0 milhões e R\$ 188,0 milhões, respectivamente; iii) revisão das despesas com subsídios e subvenções econômicas, resultando R\$ 163,0 milhões abaixo da previsão constante do Decreto nº 4.369/02. Dessa forma, o acréscimo líquido nas despesas não-discricionárias do Poder Executivo perfere R\$ 0,3 bilhão.

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	Ago	Set
Pessoal e Encargos	5.543,6	5.248,9
Custeio e Capital	5.894,4	5.583,3
Despesas do FAT	879,9	795,4
Subsídios e Subvenções	164,8	(4,3)
Outras	4.849,8	4.792,2

No âmbito do Programa das Operações Oficiais de Créditos verificou-se, em setembro, recebimento líquido de R\$ 55,5 milhões, principalmente em função da compra e venda de produtos agrícolas no Programa de Aquisições do Governo Federal (AGF).

No âmbito do Programa das Operações Oficiais de Créditos, verificou-se recebimento líquido de R\$ 55,5 milhões em setembro, principalmente em função da compra e venda de produtos agrícolas no Programa de Aquisições do Governo Federal (AGF). O comportamento no mês refere-se ao crescimento nas receitas com os leilões de milho e arroz para atender a demanda de mercado (pedido de entressafra). Vale ressaltar que, em setembro, houve dispêndio de R\$ 1,3 milhão com o Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH), criado pela MP nº 2.212, de 30 de agosto de 2001 e regulamentado pelo Decreto nº 4.156, de 11 de março de 2002.

As demais despesas de custeio e capital reduziram-se 1,2%, equivalente a R\$ 57,6 milhões. Os gastos com Saúde e Educação perfizeram R\$ 1,5 bilhão e R\$ 444,3 milhões, em setembro, contra R\$ 1,8 bilhão e R\$ 640,7 milhões, em agosto, respectivamente. Registra-se, no mês, a realização da despesa por conta de créditos extraordinários no montante de R\$ 195,6 milhões para pagamento de bônus a consumidores residenciais de energia elétrica, consoante Lei nº 10.310, de 22/11/01 e MP nº 40, de 14/06/2002.

Boxe 2 – Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH)

O PSH é um programa de subsídio do Governo Federal que tem como objetivo viabilizar o acesso à moradia para os segmentos de renda familiar alcançados pelos programas de financiamentos habitacionais de interesse social, operados por instituições financeiras autorizadas a operar pelo Banco Central do Brasil.

O PSH prevê dois tipos de subsídios:

I – subsídio destinado a complementar a capacidade financeira do proponente de renda familiar bruta mensal de até R\$ 580,00 para pagamento do preço de imóvel residencial, de no máximo R\$ 7.000,00 e avaliação de até R\$ 10.000,00; e

II – subsídio destinado a assegurar o equilíbrio econômico-financeiro das operações realizadas pelas instituições financeiras, compreendendo as despesas de contratação, de administração e cobrança e de custos de alocação, remuneração e perda de capital (inclusive seguros), para proponentes com renda familiar bruta mensal de até R\$ 1.000,00.

Os recursos do PSH serão disponibilizados para as instituições financeiras, por meio de leilões ou ofertas públicas de recursos, os quais obedecerão a regras claras que procurem maximizar a concorrência e a quantidade de financiamentos concedidos, tornando-se acessível a qualquer instituição financeira que possua eficiência de custos e tenha capacidade de precificá-los adequadamente.

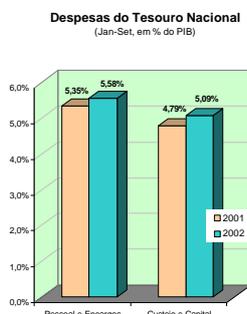
Até setembro de 2002, as despesas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 100,2 bilhões, equivalente a 10,7% do PIB, enquanto que, em igual período de 2001, estas situaram-se em R\$ 88,0 bilhões, correspondente a 10,1% do PIB. As despesas com pessoal e encargos passaram de 5,4% do PIB para 5,6% do PIB. Comportamento idêntico foi observado também nas despesas de custeio e capital: elevaram-se de 4,8% do PIB, nos nove primeiros meses 2002, para 5,1% do PIB, em idêntico período deste ano.

O crescimento nominal de R\$ 6,0 bilhões (12,9%) nas despesas com pessoal e encargos sociais deveu-se ao crescimento vegetativo da folha salarial no período, e aos seguintes fatores: i) impacto, a partir de fevereiro deste ano, da revisão geral de 3,5% na remuneração e subsídios dos servidores públicos federais, conforme Lei nº 10.331, de 18/12/2001; ii) extensão, também a partir de fevereiro de 2002, do percentual de 3,17% aos servidores públicos incluídos no Plano de Classificação de Cargos (PCC), de acordo com a MP nº 2.225, de 04/09/2001; iii) pagamento, em janeiro e julho deste ano, da segunda e terceira parcelas, respectivamente, do passivo do adicional do tempo de serviço

Despesas do Tesouro em relação ao ano anterior

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL Jan-Set (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2001	2002
Pessoal e Encargos	5,35%	5,58%
Custeio e Capital	4,79%	5,09%
Despesas do FAT	0,56%	0,60%
Subsídios e Subvenções	0,30%	0,07%
Outras	3,93%	4,42%

(anuênios), consoante estabelecido no art. 8º da MP nº 2.169-43, de 24/08/2001, ao passo que em julho do ano anterior ocorreu o pagamento da primeira parcela; iv) realinhamento salarial ocorrido em função da reestruturação de diversas carreiras do funcionalismo civil, dentre as quais a carreira militar das Forças Armadas, contemplada na MP nº 2.215-10, de 31/08/2001, com impacto financeiro a partir de julho de 2002, e da carreira dos servidores do Poder Judiciário da União, conforme Lei nº 10.745, de 27/06/2002; e v) pagamento integral do passivo de 28,86%, a partir de novembro de 2001, para servidores públicos aposentados por invalidez e portadores de doenças graves, conforme estabelecido nas Portarias do Ministério do Planejamento nº 179, de 30/08/2001, e nº 256, de 7/11/2001.



As despesas de custeio do FAT mantiveram-se praticamente constantes em proporção do PIB, comparativamente a idêntico período de 2001, atingindo 0,6 ponto percentual do PIB. Em termos nominais, tais gastos elevaram-se em R\$ 830,9 milhões como decorrência, principalmente, do crescimento das despesas com seguro desemprego e abono salarial, que passaram de R\$ 4,1 bilhões até setembro de 2001, para R\$ 5,2 bilhões em igual período de 2002. Tal elevação deveu-se, em boa medida, ao impacto do reajuste do salário mínimo a partir de abril deste ano.

No que se refere às outras despesas de custeio e capital, verificou-se acréscimo de 21,6%, comparativamente ao período de janeiro a setembro de 2001. As despesas de custeio e capital do Ministério da Saúde totalizaram R\$ 16,2 bilhões nos nove primeiros meses de 2002, contra R\$ 14,2 bilhões no mesmo período de 2001, em parte como decorrência do cumprimento à Emenda Constitucional nº 29, de 13/09/2000. Ademais, verificou-se incremento nas despesas do Ministério da Educação, que passaram de R\$ 3,1 bilhões, para R\$ 4,7 bilhões. Vale ressaltar que até setembro de 2002, a realização nas despesas no âmbito do Fundo de Combate à Pobreza, criado pela Emenda Constitucional nº 31, de 14/12/2000, totalizou R\$ 2,5 bilhões, contra R\$ 146,4 milhões no mesmo período do ano anterior.

OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO Jan-Set (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2001	2002
Agricultura	864,4	297,8
Custeio Agropecuário	119,4	136,0
Investimento Rural	45,9	14,3
Preços Agrícolas	367,2	-70,4
- EGF	2,0	3,4
- AGF	289,9	-165,6
- Sustentação de preços	75,2	91,8
Pronaf	302,9	216,6
PESA	29,0	0,0
PSH	0,0	1,3
Exportação	929,0	199,7
Proex	929,0	199,7
Total	1.793,4	497,5

As despesas do Tesouro com subsídios e subvenções econômicas à agricultura e às exportações perfizeram, nos nove primeiros meses de 2002, R\$ 497,5 milhões, dos quais R\$ 297,8 milhões relativos a gastos com equalização de juros e despesa líquida de venda de produtos agrícolas. Registre-se, no período, recebimento líquido de R\$ 165,6 milhões nas operações realizadas no âmbito do Programa de Aquisições do Governo Federal (AGF), cujos ingressos decorreram, principalmente, da venda de milho e arroz.

A Previdência Social registrou déficit primário de R\$ 1,4 bilhão em setembro, R\$ 99,7 milhões acima do déficit observado no mês anterior, quando este alcançou R\$ 1,3 bilhão. A arrecadação líquida atingiu R\$ 5,8 bilhões no mês, R\$ 49,6 milhões inferior a registrada em agosto. Por sua vez, a despesa com benefícios previdenciários totalizou R\$ 7,2 bilhões em setembro, R\$ 49,9 milhões acima da verificada em agosto. A tabela abaixo resume essas informações.

Previdência Social

DISCRIMINAÇÃO	Ago	Set	Jan-Set	
	2002	2002	2001	2002
Arrecadação Líquida	5.806,0	5.756,4	43.737,4	49.031,4
Arrecadação Bruta	6.249,2	6.206,2	47.514,8	53.060,7
- Contribuição Previdenciária	5.892,0	5.801,7	44.316,1	49.743,5
- Simples	240,1	253,6	1.774,3	1.982,0
- CDP	0,0	0,0	52,7	54,6
- CFT	26,9	35,9	270,7	332,7
- Depósitos Judiciais	47,4	51,0	555,3	540,2
- Refis	31,5	52,5	342,4	306,4
- Outras Receitas	11,2	11,4	203,3	101,2
(-) Restituição/Devolução	-24,7	-23,5	-253,0	-248,5
(-) Transferências a Terceiros	-418,4	-426,3	-3.524,4	-3.780,7
Benefícios Previdenciários	7.117,2	7.167,1	51.340,7	59.861,4
Resultado Primário	-1.311,1	-1.410,8	-7.603,3	-10.830,0
Resultado Primário/PIB			-0,88%	-1,15%

Em setembro, o déficit da Previdência Social foi de R\$ 1,4 bilhão. No ano, o déficit primário acumulado atingiu R\$ 10,8 bilhões, equivalente a 1,15% do PIB.

Até setembro, a arrecadação líquida atingiu R\$ 49,0 bilhões, representando um acréscimo nominal de 12,1% em relação à verificada em 2001. Em relação ao PIB, a arrecadação corresponde a 5,2 pontos percentuais no acumulado de 2002, apresentando pequeno incremento de 0,18 ponto percentual quando comparada a igual período de 2001.

As despesas com benefícios previdenciários totalizaram R\$ 59,9 bilhões nos nove primeiros meses de 2002, superando em R\$ 8,5 bilhões o montante observado no mesmo período de 2001 quando atingiram R\$ 51,3 bilhões. Este acréscimo é decorrente do aumento de: i) 11,6% no valor médio dos benefícios pagos, refletindo o reajuste do salário mínimo a partir de abril de 2002 (com impacto no caixa a partir de maio) e reajuste dos demais benefícios a partir de junho de 2002 (com impacto no caixa a partir de julho); e ii) 659,2 mil na quantidade média de benefícios pagos no ano de 2002.

As concessões dos benefícios totais no período de janeiro a setembro, quando comparados a igual período em 2001, apresentaram os seguintes

DISCRIMINAÇÃO	2001	2002
Contribuição	5,04%	5,22%
Benefícios	5,92%	6,37%
Resultado Primário	-0,88%	-1,15%

comportamentos: i) as aposentadorias aumentaram 231,4 mil (2,0%); ii) os auxílios – doença, aumento de 173,7 mil (33,2%); iii) as pensões por morte, aumento de 141,2 mil (2,8%); iv) os benefícios assistenciais aumentaram 78,9 mil (3,8%); v) os benefícios acidentários, incremento de 24,6 mil benefícios (3,6%); vi) os salários maternidade, aumento de 7,9 mil (6,0%); e vii) os demais benefícios aumentaram em 1,5 mil (9,0%).

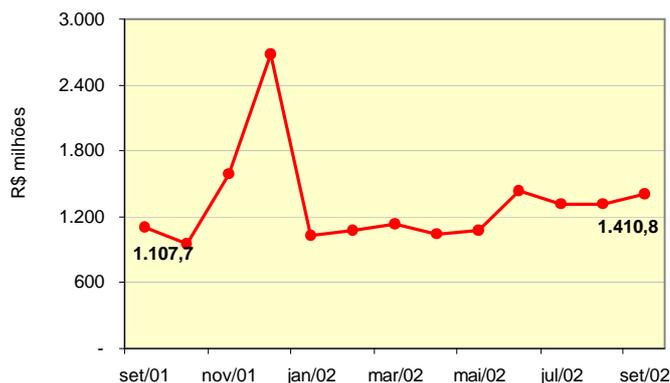
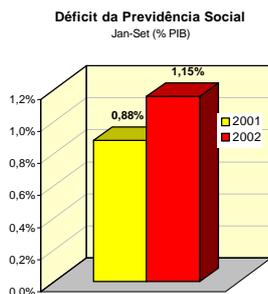
Benefícios Emitidos	jan/2001- set/2001	jan/2002- set/2002	%
Quantidade*	19,8	20,5	3,3%
Valor Médio**	294,2	328,5	11,6%

(*) média em milhões
(**) média em R\$ 1.00

Considerando o acumulado entre janeiro e setembro de 2002, o RGPS acumulou déficit primário de R\$ 10,8 bilhões, apresentando elevação nominal de 42,4% em relação a idêntico período de 2001. Como proporção do PIB, o resultado do ano situou-se 0,27 ponto percentual acima do observado no mesmo período de 2001 (1,15% do PIB e 0,88% do PIB, respectivamente).

Déficit da Previdência Social

Brasil, 2001/2002



DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL

No mês de setembro, a dívida líquida do Tesouro Nacional em poder do público totalizou R\$ 400,2 bilhões, equivalentes a 31,4% do PIB acumulado nos últimos doze meses. A tabela 3, a seguir, apresenta a composição da dívida líquida em poder do público nos últimos dois meses e em setembro de 2001.

TABELA 3
DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2001/2002

	(R\$ milhões)		
	2001	2002	
	Set	Ago	Set
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	90.489	123.648	112.355
Dívida Mobiliária em Poder do Público ¹	475.126	556.109	569.526
Dívida Contratual da STN	-299.355	-332.917	-355.794
Dívida Contratual de Fundos, Autarquias e Fundações	-85.282	-99.543	-101.377
II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	197.036	225.519	287.814
Dívida Mobiliária em Poder do Público	149.000	171.605	220.898
Títulos Depositados em Garantia	-4.457	-5.284	-7.107
Dívida Contratual	53.655	60.381	75.150
Disponibilidades	-1.162	-1.183	-1.126
III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)	287.525	349.167	400.169
IV. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL/PIB	24,7%	27,8%	31,4%

(1) Inclui Dívida Securitizada, Dívida Agrícola e TDA.

Em setembro, a dívida líquida subiu 3,6 pontos percentuais do PIB em relação a agosto devido, principalmente, à depreciação cambial ocorrida no mês.

Em relação ao mês de agosto, a dívida líquida aumentou 3,6 pontos percentuais do PIB. Para tal comportamento contribuiu, principalmente, a depreciação cambial de 28,87% ocorrida no mês de setembro, o que impactou tanto a dívida interna indexada ao câmbio como o saldo da dívida externa convertida em reais.

A dívida interna líquida caiu 1,0 ponto percentual do PIB em relação a agosto, refletindo o crescimento dos saldos dos haveres contratuais da STN e de entidades da administração indireta, contrabalançado, em parte, pelo aumento da dívida mobiliária. A elevação do saldo dos haveres contratuais se deve, basicamente, à depreciação cambial ocorrida no mês e à variação positiva de seus principais indexadores, IGP-DI (2,64%), IGP-M (2,40%) e TR (0,20%).

O aumento da dívida mobiliária em poder do público deveu-se à apropriação de juros reais (R\$ 23,2 bilhões) decorrentes, basicamente, da depreciação cambial ocorrida em setembro. Em contrapartida, houve no mês resgate líquido de títulos da ordem de R\$ 9,8 bilhões.

Dívida Interna Líquida

TABELA 4
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2001/2002

(R\$ milhões)

	2001	2002	
	Set	Ago	Set
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	90.489	123.648	112.355
DÍVIDA MOBILIÁRIA EM PODER DO PÚBLICO	475.126	556.109	569.526
LFT	255.030	295.315	304.293
LTN	57.183	48.187	43.031
NTN-C	23.401	38.413	40.516
NTN-D	20.941	58.090	68.963
Demais	97.051	90.930	87.527
Dívida Securitizada	19.098	23.015	23.039
TDA	2.422	2.159	2.157
DÍVIDA CONTRATUAL	-384.637	-432.461	-457.171
<i>Tesouro Nacional</i>	-299.355	-332.917	-355.794
Dívida Bancária	25.989	25.112	25.113
Lei nº 7.976/89	-12.082	-12.243	-14.882
Lei nº 8.727/93	-44.639	-45.686	-45.776
Lei nº 9.496/97	-149.746	-163.964	-168.339
Renegociação Dívida Municipais	-19.700	-22.078	-22.765
Demais Haveres da STN	-99.177	-114.058	-129.144
<i>Fundos, Autarquias e Fundações</i>	-85.282	-99.543	-101.377
FAT	-62.252	-71.322	-72.945
Demais Entidades	-23.030	-28.221	-28.432
DÍVIDA MOBILIÁRIA EM PODER DO PÚBLICO/PIB	40,8%	44,2%	44,7%
DÍVIDA CONTRATUAL TOTAL/PIB	-33,0%	-34,4%	-35,9%
DÍVIDA CONTRATUAL DO TESOURO NACIONAL/PIB	-25,7%	-26,5%	-27,9%
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA/PIB	7,8%	9,8%	8,8%

Em setembro, a Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional em Poder do Público ficou em 8,8% do PIB.

Emissões e Resgates

Boxe 3 – Tesouro Direto

Do total de títulos emitidos em setembro, R\$ 5,9 milhões correspondem à venda direta por meio da internet – Tesouro Direto. Desse montante, 56,8% referem-se à venda de títulos prefixados (LTN) e 39,5% à venda de títulos remunerados a índices de preços (NTN-C).

Desde sua criação, em 07/01/2002, até o final de setembro, o Tesouro Direto vendeu R\$ 43,9 milhões em títulos. Desse montante, 68,0% foram de LTN, 22,7% em NTN-C e os restantes 19,3% em LFT.

Em setembro, o valor médio por operação foi de R\$ 7,7 mil.

Em setembro, conforme apresentado na tabela 5, houve resgate líquido de títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal interna (DPMFi) do Tesouro Nacional em poder do público no montante de R\$ 9,8 bilhões, tendo as emissões correspondido a R\$ 15,3 bilhões e os resgates a R\$ 25,1 bilhões.

Dentre as emissões realizadas por meio de oferta pública, ressalta-se a emissão de R\$ 2,9 bilhões em LTN, com vencimentos em novembro de 2002 e janeiro de 2003. Além disso, foi realizada em setembro a emissão de R\$ 9,8 bilhões em LFT, tendo recebido como pagamento LFT-B, com o intuito de reduzir as séries destes títulos em mercado e a conseqüente padronização dos instrumentos de financiamento da dívida pública.

Foram resgatados R\$ 11,7 bilhões em títulos emitidos por meio de emissão direta. Deste total, R\$ 10,5 bilhões referem-se a cancelamentos de títulos, sendo mais relevantes os de LFT-B, no valor de R\$ 9,8 bilhões, aceitas nos leilões de troca por LFT realizados ao longo de setembro, conforme operações mencionadas acima.

As emissões diretas da DPMFi totalizaram R\$ 2,0 bilhões, tendo sido mais representativas: i) R\$ 787,6 milhões de LFT-B referentes ao refinanciamento de dívidas do estado de Alagoas, ao amparo da Lei nº 9.496/1997; ii) R\$ 370,5

milhões de LFT-B referentes a contrato de crédito junto ao BESC (Banco do Estado de Santa Catarina); e iii) R\$ 341,2 milhões de NTN-D para o BNDES em permuta por NTN-I, em conformidade com a Portaria STN nº 482, de 30/09/2002.

**TABELA 5
EMISSOES E RESGATES DA DIVIDA PUBLICA MOBILIARIA
FEDERAL INTERNA (DPMFi) DO TESOURO NACIONAL EM PODER
DO PÚBLICO
BRASIL, Set/2002**

(R\$ milhões)

Fatos	Ofertas Públicas*	Emissões Diretas	Total
I. Emissões	13.281	2.009	15.290
LFT	9.722	58	9.780
LTN	2.895	0	2.895
NTN-C	664	0	664
NTN-D	0	341	341
TDA	0	15	15
Securitizada**	0	265	265
Demais	0	1.330	1.330
II. Resgates***	13.384	11.699	25.082
LFT	1.493	0	1.493
LTN	8.651	0	8.651
NTN-C	152	0	152
NTN-D	3.088	0	3.088
TDA	0	49	49
Securitizada**	0	591	591
Demais	0	11.059	11.059
III. Valor líquido (I-II)	-102	-9.690	-9.792

* O montante relativo aos resgates em ofertas públicas dos títulos LFT e NTN-D inclui os resgates dos títulos emitidos por meio de colocação direta.
** Inclui dívida agrícola.
*** Correspondem aos montantes de pagamentos e cancelamentos.

Boxe 4
Emissão de NTN-C

Foi realizado nos dias 29 e 30 de agosto, com liquidação financeira em 2 de setembro, leilão de NTN-C - títulos remunerados a índice de preços (IGP-M) com prazos de vencimentos em 2008 e 2021. O volume financeiro total emitido foi de R\$ 664,3 milhões, sendo R\$ 630,8 milhões (94,9%) relativos aos títulos com vencimento em 2008 e R\$ 33,5 milhões àqueles vencendo em 2021.

Do valor arrecadado, a maior parte, 78,9%, corresponde a recebimento em dinheiro. Pela troca de títulos de 2008 foram aceitos dívida securitizada e LFT. Em relação aos com vencimento em 2021 não foram aceitas trocas. As taxas obtidas foram de 10,69% a.a. para o título mais curto e 10,70% a.a. para o mais longo (taxas menores do que aquelas obtidas no leilão do mês anterior, quando atingiram 10,79% a.a. e 10,90% a.a., respectivamente)

Quanto à composição da DPMFi, observou-se: i) crescimento da participação dos títulos cambiais (2,46 pontos percentuais), decorrente da desvalorização do câmbio de 28,87%; ii) redução da participação dos títulos remunerados pela taxa Selic (1,41 ponto percentual), em função das operações de compra de LFT realizadas pelo Banco Central no mercado secundário de títulos públicos no montante de R\$ 3,4 bilhões; e iii) redução na participação dos títulos prefixados (1,12 ponto percentual) em razão do resgate líquido de R\$ 5,8 bilhões em LTN.

**TABELA 6
COMPOSIÇÃO DA DPMFi DO TESOURO
NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO POR
TIPO DE RENTABILIDADE
BRASIL, 2001/2002**

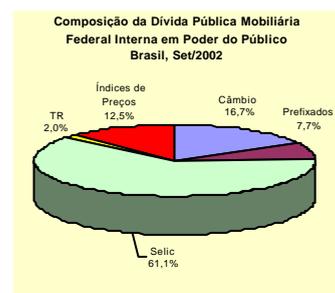
(%)

Indexador	2001		2002
	Set	Ago	Set
Selic	65,10	62,49	61,08
Câmbio	8,40	14,21	16,67
Prefixados	12,00	8,80	7,68
Índices de Preços	9,78	12,48	12,58
TR	4,66	2,01	1,98
Outros	0,02	0,01	0,01

* Não inclui dívida agrícola.

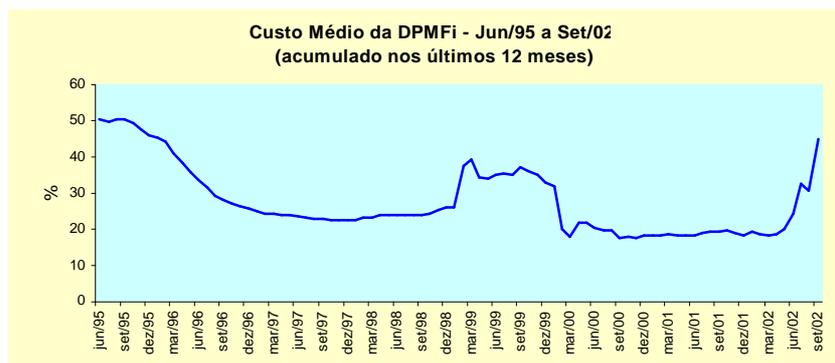
Composição

Em setembro, os títulos remunerados pela Selic representaram 61,1% do total da dívida pública em poder do público.



Custo Médio

O custo médio dos títulos emitidos por oferta pública, acumulado nos últimos doze meses, foi de 44,98% contra 30,65% em agosto (vide gráfico abaixo). Em momentos de elevada volatilidade cambial, o custo médio, se calculado para períodos curtos, tende a apresentar oscilações significativas ao incluir os títulos referenciados ao dólar americano em sua mensuração.



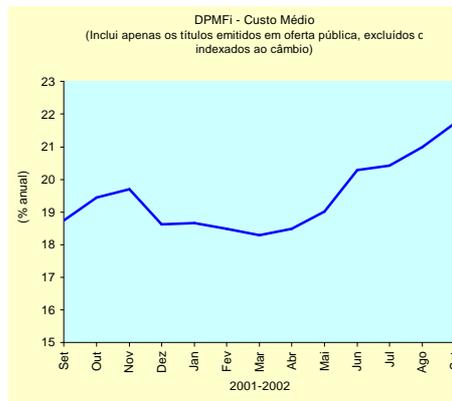
Excluindo-se os títulos cambiais, o custo médio da DPMFi passou de 20,50% a.a., em agosto, para 21,14% a.a., em setembro. Contribuiu para este aumento, principalmente, a maior variação dos índices de preços, em especial do IGP-M, que passou de 2,32%, em agosto, para 2,40%, em setembro, afetando particularmente o custo médio dos títulos da dívida securitizada e das NTN-B e NTN-C.

Excluindo os títulos cambiais, o custo médio da DPMFi em poder do público foi de 21,14% a.a. em setembro.

**TABELA 7
CUSTO MÉDIO DA DPMFI DO TESOURO NACIONAL
EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2001/2002**

Período	(% anual)			
	Total (1)	Total (2)	Pub (1)	Pub (2)
2000	17,45	17,64	18,09	18,35
2001				
Set	17,96	23,42	18,74	22,06
Out	19,03	19,62	19,44	20,10
Nov	19,12	10,99	19,70	12,55
Dez	17,83	8,73	18,62	10,07
2001	17,18	18,28	17,88	18,42
2002				
Jan	17,87	24,31	18,66	26,32
Fev	17,93	13,09	18,48	13,28
Mar	17,61	15,15	18,29	15,55
Abr	17,98	19,91	18,48	20,94
Mai	18,42	34,65	19,01	38,64
Jun	19,63	72,19	20,28	83,09
Jul	19,98	128,63	20,43	147,93
Ago	20,50	5,69	20,99	4,58
Set	21,14	337,95	21,71	317,61
2002	19,00	53,61	19,59	56,08

Pub - Títulos emitidos em oferta pública.
(1) Excluindo títulos indexados ao câmbio
(2) Incluindo títulos indexados ao câmbio



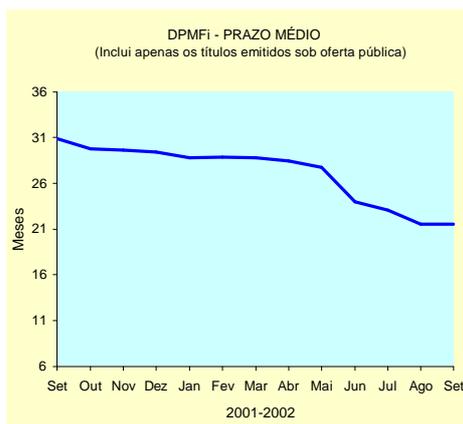
Em setembro, o prazo médio da DPMFi em poder do público cresceu 0,28 mês, comparativamente a agosto: 34,85 meses e 34,57 meses, respectivamente. Destacam-se como fatores preponderantes para este crescimento o resgate líquido ocorrido em setembro e as operações de compra realizadas pelo Banco Central, citadas anteriormente.

Prazo Médio

TABELA 8
PRAZO MÉDIO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO BRASIL, 2001/2002

Período		Total	Of. Pub. (1)
(meses)			
2001	Set	41,81	30,92
	Out	40,69	29,81
	Nov	40,13	29,64
	Dez	39,84	29,40
2002	Jan	40,70	28,80
	Fev	40,34	28,85
	Mar	40,01	28,79
	Abr	39,76	28,43
	Mai	39,16	27,76
	Jun	36,76	24,00
	Jul	35,60	23,11
	Ago	34,57	21,56
	Set	34,85	21,56

(1) Títulos emitidos por meio de oferta pública.



PRAZO MÉDIO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO BRASIL, 2002

Título	2002 (meses)		
	Set	Ago	Set
LTN	3,40	3,28	2,89
LFT	39,08	26,60	25,79
NTN-C	74,77	67,41	66,55
NTN-D	20,13	15,88	15,82
TDA	46,71	46,89	46,78
Dívida Securitizada*	65,80	54,33	54,27
Demais	92,48	117,94	119,65
Total	41,81	34,57	34,85

(*) Inclui dívida agrícola

O estoque da dívida externa bruta, em moeda nacional, aumentou R\$ 64,1 bilhões no mês de setembro. A dívida externa líquida foi de R\$ 287,8 bilhões, correspondendo a 22,6% do PIB. O fator principal que determinou tal movimento foi a depreciação cambial ocorrida no mês, haja vista que, em dólar americano, o saldo devedor caiu 0,98% em relação a agosto.

Dívida Externa Líquida

Essa pequena diminuição deveu-se à ausência de emissões no mês de setembro e à amortização de cerca de R\$ 476,0 milhões da dívida externa, fundamentalmente com Organismos Multilaterais, Bancos Privados e Agências Governamentais.

TABELA 9
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO BRASIL, 2001/2002

	2001		2002
	Set	Ago	Set
I. DÍVIDA MOBILIÁRIA	148.999,9	171.605,4	220.897,7
Bônus de Renegociação	53.314,3	57.221,9	73.682,7
Bônus de Captação	95.685,6	114.383,5	147.215,0
II. DÍVIDA CONTRATUAL	53.655,2	60.380,5	75.150,2
Organismos Multilaterais	27.121,0	33.097,4	40.135,9
Bancos Privados/Ag. Governamentais	9.108,6	10.272,0	13.217,9
Clube de Paris	17.425,5	17.011,1	21.796,4
DÍVIDA EXTERNA BRUTA (I + II)	202.655,1	231.985,9	296.048,0
III. TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA	-4.456,8	-5.284,3	-7.107,4
IV. DISP. FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	-1.162,0	-1.182,6	-1.126,4
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA (I + II + III + IV)	197.036,3	225.519,1	287.814,1
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA/PIB	16,9%	17,9%	22,6%

Em setembro, o saldo da dívida externa líquida em poder do público do Tesouro Nacional totalizou R\$ 287,8 bilhões, equivalente a 22,6% do PIB.

O serviço da dívida externa pago em setembro totalizou R\$ 1,4 bilhão, dos quais R\$ 944,8 milhões referem-se ao pagamento de juros e R\$ 476,0 milhões de principal. Do total despendido no mês, a maior parte, R\$ 852,8 milhões, referiu-se aos pagamentos da dívida mobiliária externa sendo R\$ 804,3 milhões relativos a juros e encargos.

TABELA 10
EXECUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL EXTERNA (DPFe)
BRASIL, Set/2002

(R\$ milhões)

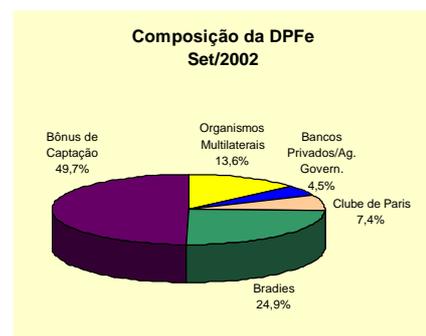
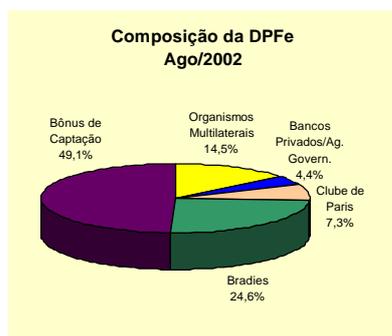
Discriminação	Principal	Juros e Encargos	Total
I. Encargos Totais	476,0	944,8	1.420,9
I.1. Organismos Multilaterais	316,2	84,9	401,1
I.2. Bancos Privados/Ag Gov	111,4	30,7	142,1
I.3. Clube de Paris	0,0	24,8	24,8
I.3. Dívida Mobiliária	48,5	804,3	852,8
Global 203C	0,0	303,6	303,6
Global 2008A	0,0	227,1	227,1
BIB	48,5	34,2	82,7
Samurai 2006	0,0	38,8	38,8
Euro 2004	0,0	200,6	200,6

Em setembro, as despesas com principal, juros e encargos da dívida externa foram de R\$ 1,4 bilhão.

Composição

A principal alteração na composição da Dívida Pública Federal Externa – DPFe no mês ocorreu na dívida junto aos Organismos Multilaterais (diminuição de 0,90 ponto percentual), em virtude da amortização de cerca de R\$ 316,2 milhões.

A participação dos Bônus de Captação no total dos títulos da Dívida Pública Federal Externa passou de 49,1%, em agosto, para 49,7%, em setembro.



Prazo e Custo Médios

O prazo e o custo médios da dívida mobiliária externa permaneceram estáveis em setembro. A razão foi a ausência de movimentos significativos, como resgates e novas emissões, que fizeram com que as oscilações no mês decorressem, quase que exclusivamente, da redução no prazo remanescente dos bônus.

TABELA 11
CUSTO E PRAZO MÉDIOS DOS TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA
MOBILIÁRIA EXTERNA
BRASIL, 2001/2002

Título	2001		2002	
	Set	Ago	Set	Set
Prazo Médio (anos)	6,62	6,14	6,14	6,10
Bônus de Renegociação	6,46	6,11	6,11	6,04
Bônus de Captação	6,71	6,16	6,16	6,13
Globais	8,30	7,39	7,39	7,36
Euros	3,70	3,59	3,59	3,53
Demais	2,95	2,56	2,56	2,53
Custo Médio (% a.a.) *	8,69	8,57	8,57	8,58
Bônus de Renegociação	6,37	5,15	5,15	5,15
Bônus de Captação	9,99	10,28	10,28	10,30
Globais	10,97	11,16	11,16	11,16
Euros	9,80	10,11	10,11	10,11
Demais	5,04	4,91	4,91	4,93

* Custo Médio em dólares.

Em setembro, a dívida pública mobiliária externa do Tesouro Nacional apresentou custo médio de 8,58% a.a. e prazo médio de 6,10 anos.

Anexos

Tabelas do Resultado Fiscal

Tabela A1 – Resultado Primário do Governo Central

Tabela A2 – Execução Financeira da Secretaria do Tesouro Nacional

Tabela A3 – Relacionamento Tesouro/Banco Central

Tabela A4 – Operações Oficiais de Crédito

Tabelas da Dívida Líquida (Informação dos 12 meses anteriores)

Tabela A5 – Dívida Líquida do Tesouro Nacional (em mercado)

Tabela A6 – Dívida Externa do Tesouro Nacional

Tabela A7 – Dívida Pública Mobiliária Federal

Tabela A8 – Dívida Líquida dos Fundos, Autarquias e Fundações

Boletins de Transferências para Estados e Municípios

Boletim FPE/FPM

Boletim Fundef

TABELA A1 - RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (*)

R\$ milhões

	Set/2001	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set/2002
I. RECEITA TOTAL	21.205,8	23.496,3	22.309,3	28.832,7	29.282,8	23.982,5	23.428,1	26.822,5	25.070,6	22.339,3	27.149,1	24.141,4	29.098,1
I.1. Receitas do Tesouro	16.294,3	18.423,9	17.223,1	20.236,7	24.151,6	18.798,7	18.247,9	21.451,1	19.533,9	17.050,1	21.372,6	18.335,3	23.341,7
I.1.1 Receita Bruta	16.699,2	19.042,8	17.718,9	20.568,7	24.408,4	19.149,3	18.452,6	21.644,2	19.778,6	18.181,7	22.547,8	19.757,8	24.085,3
- Impostos	7.673,3	8.903,3	7.686,5	9.522,6	12.109,0	8.627,4	8.687,4	10.152,5	8.890,9	8.301,9	9.870,7	8.201,8	11.280,2
- Contribuições	7.510,6	8.349,9	8.105,9	8.423,6	9.882,4	8.077,0	8.228,1	8.622,2	8.748,6	8.556,4	10.152,0	9.972,0	10.634,8
- Demais	1.515,3	1.789,5	1.926,5	2.622,4	2.416,9	2.444,9	1.537,2	2.869,5	2.139,1	1.323,4	2.525,1	1.584,0	2.170,2
I.1.2. (-) Restituições	-404,9	-618,8	-495,8	-320,4	-157,5	-350,6	-204,8	-193,1	-244,7	-1.131,6	-1.175,3	-1.422,5	-743,5
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	-11,5	-99,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
I.2. Receitas da Previdência Social	4.911,5	5.072,3	5.086,2	8.595,9	5.131,2	5.183,8	5.180,2	5.371,3	5.536,6	5.289,2	5.776,5	5.806,0	5.756,4
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	3.858,7	3.561,5	4.136,9	4.219,6	4.808,1	5.436,9	4.329,5	4.282,1	5.343,5	3.676,3	4.245,1	4.183,2	4.413,2
II.1. Transferências Constitucionais	3.028,6	2.903,5	3.009,6	3.622,0	3.913,7	4.533,4	3.487,0	3.669,5	4.171,2	2.972,6	3.241,0	3.080,7	3.385,4
II.2. Lei Complementar 87/96	298,5	298,5	298,5	298,5	328,4	330,4	329,4	329,4	329,4	329,4	329,4	329,4	329,4
II.3. Demais	531,7	359,6	828,9	299,2	566,0	573,2	513,1	283,2	842,9	374,3	674,7	773,0	698,4
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	17.347,0	19.934,8	18.172,4	24.613,1	24.474,7	18.545,6	19.098,6	22.540,4	19.727,1	18.663,0	22.904,0	19.958,2	24.684,9
IV. DESPESA TOTAL	15.683,0	17.489,8	17.252,1	29.396,7	18.378,6	15.973,7	17.027,7	16.754,6	17.711,1	16.774,9	20.923,5	18.555,2	17.999,4
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais	4.806,0	4.785,4	5.223,1	7.947,7	7.241,4	5.486,6	5.281,0	5.359,4	5.288,5	5.923,1	7.046,9	5.543,6	5.248,9
IV.1.1. INSS	238,4	223,8	277,5	355,7	397,2	278,4	293,1	305,0	292,4	327,3	422,1	298,6	287,7
IV.1.2. Demais	4.567,6	4.561,5	4.945,5	7.592,0	6.844,3	5.208,2	4.987,9	5.054,4	4.996,1	5.595,9	6.624,8	5.245,0	4.961,3
IV.2. Benefícios Previdenciários	6.019,1	6.026,7	6.676,9	11.283,8	6.157,9	6.254,7	6.316,7	6.413,8	6.608,6	6.733,9	7.091,5	7.117,2	7.167,1
IV.3. Custeio e Capital	4.857,9	6.677,7	5.352,1	10.165,1	4.979,2	4.232,5	5.430,0	4.981,3	5.814,0	4.117,9	6.785,1	5.894,4	5.583,3
IV.3.1. Despesa do FAT	563,1	604,9	621,5	571,4	333,5	627,5	467,2	434,6	788,9	94,2	1.227,3	879,9	795,4
- Abono e Seguro Desemprego	483,4	540,7	556,6	475,3	311,4	584,0	370,7	361,6	735,3	60,9	1.195,3	821,2	747,3
- Demais Despesas do FAT	79,7	64,3	64,9	96,1	22,1	43,5	96,6	73,0	53,7	33,2	32,0	58,7	48,1
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas	133,5	1.217,0	95,6	683,5	130,7	-0,5	96,9	131,9	142,8	-84,2	75,1	164,8	-4,3
- Operações Oficiais de Crédito	65,1	1.188,5	5,5	559,2	11,6	82,7	94,6	67,4	79,2	34,2	68,9	114,3	-55,5
- Subvenções aos Fundos Regionais	68,4	28,5	90,1	124,3	119,1	-83,2	2,3	64,5	63,7	-118,4	6,2	50,5	51,2
IV.3.3. Outras Despesas de Custeio e Capital	4.161,3	4.855,8	4.635,0	8.910,2	4.515,0	3.605,4	4.865,9	4.414,8	4.882,3	4.107,9	5.482,7	4.849,8	4.792,2
V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO FEDERAL (III - IV)	1.664,0	2.444,9	920,3	-4.783,6	6.096,2	2.571,8	2.070,9	5.785,8	2.016,0	1.888,1	1.980,5	1.403,0	6.685,5
V.1. Tesouro Nacional	2.771,7	3.399,3	2.511,0	-2.095,7	7.122,9	3.642,7	3.207,3	6.828,3	3.088,0	3.332,7	3.295,5	2.714,1	8.096,3
V.2. Previdência Social (RGPS) (1)	-1.107,7	-954,4	-1.590,7	-2.687,9	-1.026,7	-1.070,9	-1.136,4	-1.042,5	-1.072,0	-1.444,7	-1.315,0	-1.311,1	-1.410,8
VI. RESULTADO PRIMÁRIO BANCO CENTRAL (2)	-82,9	-54,9	-61,4	-79,8	-22,8	-53,2	-57,8	-56,6	-43,8	-70,7	-60,0	-77,5	-86,8
VII. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (V + VI)	1.581,1	2.390,0	858,9	-4.863,4	6.073,3	2.518,6	2.013,1	5.729,2	1.972,2	1.817,4	1.920,6	1.325,5	6.598,7
VIII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	371,3	-499,1	-13,1	-1.065,7	966,3	-374,1	301,1	3,3	-124,1	-35,9	169,0	87,7	nd
IX. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (3)	1.952,4	1.890,9	845,8	-5.929,2	7.039,6	2.144,5	2.314,2	5.732,5	1.848,0	1.781,5	2.089,6	1.413,2	nd
X. JUROS NOMINAIS (3)	-9.396,1	-7.628,0	7.443,3	7.637,6	-12.518,5	-678,6	-3.200,2	-8.338,9	-15.995,2	-23.076,4	-28.470,0	12.383,6	nd
XI. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (3)	-7.443,7	-5.737,2	8.289,1	1.708,4	-5.478,9	1.465,9	-886,0	-2.606,4	-14.147,2	-21.294,9	-26.380,4	13.796,8	nd

(*) Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

(1) Receita de Contribuições menos Benefícios Previdenciários

(2) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias

(3) Pelo critério "abaixo-da-linha", com desvalorização cambial. Fonte: Banco Central do Brasil

TABELA A2 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DO TESOURO NACIONAL (*)

R\$ milhões

	Set/2001	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set/2002
FLUXO FISCAL													
I. RECEITAS	21.714,8	22.714,8	24.046,0	30.554,8	22.989,4	27.751,7	24.643,5	26.411,0	31.032,2	29.307,5	27.989,3	35.880,3	33.907,2
I.1 - Recolhimento Bruto	15.370,8	15.688,9	17.579,5	20.292,6	15.532,7	19.670,3	17.213,7	17.988,9	20.507,2	15.759,7	17.969,5	20.104,4	19.651,9
I.2 - (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	-11,5	-99,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
I.3 - Outras Operações Oficiais de Crédito	746,8	1.315,6	683,3	753,6	633,2	774,2	903,1	1.179,9	786,9	897,5	672,8	734,5	736,4
I.4 - Receita das Operações de Crédito	180,0	268,2	292,1	378,9	144,4	647,0	156,5	83,9	117,4	111,0	239,0	139,4	185,9
I.5 - Receita do Salário Educação	115,5	117,5	119,5	124,4	213,6	114,6	119,6	124,6	125,7	129,7	130,7	159,9	137,7
I.6 - Arrecadação Líquida da Previdência Social	5.296,0	5.318,9	5.365,7	9.009,1	5.334,1	5.190,0	5.564,7	5.695,6	5.844,9	5.707,4	6.224,3	6.711,4	6.462,0
I.5 - Remuneração de Disponibilidades - BB	5,7	5,7	5,8	7,7	1.230,7	1.355,6	685,9	1.338,0	3.650,0	6.702,2	2.753,1	8.030,7	6.733,3
II. DESPESAS	21.200,7	24.622,3	22.602,8	33.639,9	25.667,9	25.816,3	23.198,7	26.268,0	24.157,3	26.688,9	25.338,6	26.568,2	25.766,8
II.1 - Liberações Vinculadas	4.459,4	4.367,6	4.023,2	5.665,8	5.869,1	6.158,3	4.847,4	5.038,3	5.938,3	4.498,2	4.898,4	5.540,3	5.214,3
II.1.1 - Transferências a Fundos Constitucionais	3.224,7	3.090,9	3.204,3	3.852,2	4.175,5	4.832,2	3.715,7	3.882,0	4.471,2	3.165,2	3.451,6	3.280,2	3.605,7
II.1.2 - Demais transferências a Estados e Municípios	194,0	252,5	459,7	180,3	165,8	344,8	174,6	171,5	457,3	250,1	242,1	605,9	363,5
II.1.3 - Transferência da Lei Complementar 87	298,5	298,5	298,5	298,5	328,4	330,4	329,4	329,4	329,4	329,4	329,4	329,4	329,4
II.1.4 - Outras Vinculações	742,3	725,7	60,7	1.334,9	1.199,5	651,0	627,8	655,5	680,4	753,5	875,4	1.324,8	915,7
II.2 - Liberações Ordinárias	16.741,3	20.254,8	18.579,6	27.974,1	19.798,7	19.657,9	18.351,3	21.229,7	18.219,0	22.190,6	20.440,1	21.027,9	20.552,5
II.2.1 - Pessoal e Encargos Sociais	4.677,4	4.144,8	5.256,1	7.908,2	7.079,8	5.289,5	5.390,5	5.216,9	5.258,5	7.457,7	5.352,7	5.505,3	5.290,6
II.2.2 - Encargos da Dívida Contratual	777,8	4.121,9	921,5	-723,0	1.626,4	1.236,1	682,0	2.676,4	758,8	940,4	1.804,2	1.317,5	1.161,5
i) Dívida Contratual Interna	97,5	543,5	1,5	-978,3	76,4	102,5	100,7	111,5	449,1	105,2	97,6	90,1	115,8
ii) Dívida Contratual Externa	680,3	3.578,4	920,0	255,3	1.550,0	1.133,7	581,4	2.564,9	309,7	835,2	1.706,6	1.227,3	1.045,6
II.2.3 - Encargos da DPMF - Mercado	160,9	1.014,0	866,3	1.741,7	2.104,4	2.644,0	1.751,7	3.043,1	1.195,0	2.466,7	1.638,0	1.507,1	3.102,4
II.2.4 - Benefícios Previdenciários	6.451,4	6.382,3	6.411,7	10.611,8	6.377,3	6.494,5	5.977,3	6.550,3	6.854,9	6.613,2	6.864,5	8.714,3	6.188,5
II.2.5 - Custeio e Investimento	4.437,0	4.280,3	4.861,3	7.509,1	2.442,8	3.724,7	4.276,6	3.554,5	3.923,6	4.569,4	4.455,5	3.689,4	4.674,9
II.2.6 - Operações Oficiais de Crédito	236,8	311,4	262,7	926,4	168,1	269,1	273,2	188,4	228,2	143,1	325,3	294,4	134,6
III. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOURO (I - II)	514,1	-1.907,5	1.443,2	-3.085,1	-2.678,5	1.935,5	1.444,8	143,0	6.874,9	2.618,6	2.650,7	9.312,1	8.140,5
FLUXO DE FINANCIAMENTO													
IV. RECEITAS	14.663,9	24.725,1	13.656,5	10.112,3	16.491,4	14.390,1	16.362,7	22.687,6	11.895,9	7.020,7	25.588,6	9.437,1	4.181,0
IV.1 - Emissão de Títulos - Mercado	14.321,6	24.205,3	13.263,2	9.548,4	16.169,0	13.777,4	15.769,5	22.129,2	11.364,9	6.448,7	22.521,5	7.398,8	3.776,0
IV.2 - Outras Operações de Crédito	342,3	519,8	393,3	563,9	322,4	612,7	593,1	558,3	531,0	572,0	3.067,1	2.038,3	405,0
V. DESPESAS	8.935,2	16.027,7	12.653,1	10.815,2	11.352,5	15.212,7	15.676,5	19.695,7	5.855,9	18.295,1	10.345,3	10.869,9	14.717,5
V.1 - Resgate de Títulos - Mercado	9.219,4	11.053,8	10.892,4	9.004,0	11.180,8	15.006,6	15.365,1	18.941,2	4.597,6	16.418,1	7.665,6	9.796,0	14.134,6
V.2 - Amortização da Dívida Contratual	-284,2	4.973,9	1.760,7	1.811,2	171,7	206,1	311,4	754,5	1.258,3	1.877,0	2.679,8	1.073,8	582,9
V.2.1 - Dívida Interna	-621,2	1.433,5	6,6	296,2	71,5	91,9	92,1	93,1	-82,4	105,4	89,0	82,4	102,4
V.2.2 - Dívida Externa	337,1	3.540,5	1.754,1	1.515,1	100,1	114,2	219,3	661,5	1.340,6	1.771,5	2.590,8	991,4	480,5
VI. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (IV.1 - V.1)	5.102,2	13.151,4	2.370,8	544,4	4.988,2	-1.229,2	404,4	3.188,1	6.767,2	-9.969,4	14.855,9	-2.397,2	-10.358,6
VII. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOURO/BACEN	6.501,9	-1.349,8	-271,1	-640,9	-3.308,0	3.043,7	870,5	-3.311,8	5.698,5	8.686,7	3.372,8	4.703,4	4.363,5
VIII. FLUXO DE CAIXA TOTAL (III + IV + V + VII)	12.744,7	5.440,0	2.175,4	-4.428,9	-847,6	4.156,6	3.001,4	-177,0	18.613,4	31,0	21.266,8	12.582,7	1.967,5

(*) Dados retificados



TABELA A3 - RELACIONAMENTO TESOURO/BANCO CENTRAL

R\$ milhões

	Set/2001	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set/2002
I. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN	8.646,1	7.053,3	5.850,4	2.493,9	6.161,1	8.867,5	1.700,7	6.168,7	6.137,4	9.810,9	11.156,0	8.583,5	21.269,7
I.1. Emissão de Títulos	5.423,2	6.151,0	5.851,9	3.375,4	4.861,4	7.619,9	1.252,4	4.811,0	2.278,9	2.767,3	8.088,4	2.911,8	14.110,9
I.2. Remuneração das Disponibilidades	2.999,4	835,2	-4,4	-342,9	1.187,0	1.163,9	414,2	1.258,3	3.650,0	6.702,2	2.753,1	5.733,8	6.700,3
I.3. Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	223,4	67,0	2,9	-538,6	112,7	83,8	34,0	99,3	208,5	341,5	314,5	-62,0	458,4
II. DESPESAS NO BACEN	2.144,1	8.403,1	6.121,6	3.134,8	9.469,2	5.823,8	830,2	9.480,5	438,8	1.124,2	7.783,2	3.880,1	16.906,2
II.1. Resgate de Títulos	1.886,1	7.585,1	5.504,8	2.195,0	7.963,1	5.021,9	729,5	8.247,8	7,8	11,8	6.047,7	3.307,7	15.646,1
II.2. Encargos da DPMF	258,0	818,0	616,7	939,8	1.506,1	801,9	100,7	1.232,7	431,1	1.112,4	1.735,5	572,4	1.260,1
III. RESULTADO (I - II)	6.501,9	-1.349,8	-271,1	-640,9	-3.308,0	3.043,7	870,5	-3.311,8	5.698,5	8.686,7	3.372,8	4.703,4	4.363,5

TABELA A4 - OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO

R\$ milhões

	Set/2001	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set/2002
I. EQUALIZAÇÃO DE CUSTEIO AGROPECUÁRIO	4,0	13,1	18,0	30,2	5,0	19,0	17,6	20,2	18,9	19,1	18,1	17,5	0,7
II. EQUALIZAÇÃO DE INVEST. RURAL E AGROINDUSTRIAL	0,0	0,0	0,0	42,2	2,1	0,0	12,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
III. POLÍTICA DE PREÇOS AGRÍCOLAS	-14,2	16,5	-51,1	18,9	-20,4	28,2	9,0	7,5	-2,4	-11,1	10,2	-22,5	-69,0
III.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,0	0,2	0,2	0,3	0,0	0,1	0,1	0,1	0,2	0,3	0,8	1,9	0,0
III.2. Equalização Aquisições do Governo Federal	-29,3	1,3	-51,3	-11,5	-40,4	5,9	-8,9	7,3	-10,1	-13,5	-7,6	-24,4	-74,0
III.3. Garantia à Sustentação de Preços	15,0	15,0	0,0	30,2	20,0	22,2	17,8	0,1	7,6	2,1	17,0	0,0	5,0
IV. EQUALIZAÇÃO PRONAF	25,0	19,1	19,0	155,5	0,6	25,2	22,4	24,5	24,3	26,1	38,6	50,4	4,5
V. EQUALIZAÇÃO PROEX	50,4	46,3	19,5	296,8	24,3	10,4	33,4	15,2	38,3	0,2	2,0	68,9	7,0
VI. PROGRAMA ESPECIAL DE SANEAMENTO DE ATIVOS (PESA)	0,0	0,0	0,0	15,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
VII. PROGRAMA DE SUBSÍDIO À HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (PSH)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,3
VIII. SECURITIZAÇÃO DA DÍVIDA AGRÍCOLA (LEI 9.138/1995)	0,0	1.093,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
IX. TOTAL	65,1	1.188,5	5,5	559,2	11,6	82,7	94,6	67,4	79,2	34,2	68,9	114,3	-55,5

TABELA A5 - DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO

R\$ milhões

	Set/2001	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set/2002
I. DÍVIDA INTERNA	90.489,0	100.358,1	105.480,4	120.499,9	120.582,8	132.159,0	125.471,8	135.005,0	139.976,0	136.597,9	143.346,8	123.648,0	112.355,1
Dívida Mobiliária em Poder do Público ¹	475.125,8	490.690,7	495.198,5	507.532,3	514.240,0	522.729,6	518.340,9	532.717,2	539.995,0	546.216,2	577.668,2	556.108,7	569.525,7
Dívida Bancária	25.989,3	26.419,0	26.459,0	25.355,0	25.364,4	25.367,2	25.361,1	25.382,6	25.414,3	25.423,8	25.080,8	25.111,7	25.112,8
INSS	-10.970,9	-11.012,6	-11.172,2	-11.257,1	-11.277,4	-11.298,8	-11.319,2	-11.331,6	-11.410,9	-11.537,6	-11.738,4	-11.979,0	-12.261,7
Lei 7.976/89	-12.082,0	-12.308,8	-11.487,3	-10.316,5	-10.684,3	-10.425,0	-10.303,9	-10.361,7	-10.810,1	-11.573,9	-13.192,8	-12.243,0	-14.882,0
Bônus Renegociação	-22.190,0	-22.333,3	-20.836,9	-18.988,0	-19.081,6	-18.498,3	-18.310,5	-18.477,7	-19.773,4	-22.204,5	-26.765,6	-23.595,8	-30.219,9
Lei 8.727/93	-44.638,8	-45.083,0	-46.321,3	-46.429,7	-45.312,4	-45.331,5	-45.299,3	-45.332,0	-45.386,4	-45.417,7	-45.550,1	-45.686,0	-45.775,9
Lei 9.496/97	-149.746,2	-150.754,9	-153.189,0	-154.222,1	-154.768,7	-155.046,2	-155.941,8	-155.874,4	-157.271,1	-159.601,2	-162.048,3	-163.963,6	-168.338,7
Renegociação de Dívidas dos Municípios	-19.700,0	-19.795,4	-20.105,4	-20.279,5	-20.375,4	-20.425,8	-20.829,8	-20.847,1	-21.032,6	-21.276,3	-21.569,6	-22.077,8	-22.765,3
Recebíveis das Estatais	-18.009,2	-18.446,5	-18.238,0	-17.878,1	-18.285,1	-18.247,1	-18.289,1	-19.454,4	-19.940,5	-20.896,4	-22.410,0	-24.205,1	-26.311,0
Outros	-32.631,8	-32.847,2	-33.272,5	-33.378,8	-30.059,7	-29.976,8	-30.175,2	-30.187,7	-30.172,8	-30.505,5	-37.194,4	-37.548,3	-38.043,3
Fat	-62.252,1	-63.525,2	-63.208,6	-63.702,3	-65.643,2	-65.918,7	-66.717,2	-66.976,5	-67.674,4	-68.081,6	-70.604,5	-71.322,3	-72.945,5
Demais Entidades	-23.030,1	-23.243,7	-23.379,6	-23.613,7	-23.955,2	-24.763,4	-25.392,9	-26.070,3	-26.676,8	-27.168,4	-27.519,3	-28.221,1	-28.431,6
Créditos das Operações Oficiais	-12.682,0	-12.676,0	-12.126,6	-11.554,5	-11.832,7	-11.414,8	-11.063,5	-11.204,1	-11.703,0	-12.663,6	-14.233,1	-12.870,0	-15.350,2
Arrecadação a Recolher	-2.693,0	-4.725,0	-2.839,8	-767,0	-7.746,0	-4.591,6	-4.587,8	-6.977,2	-3.581,2	-4.115,5	-6.576,0	-3.860,2	-6.958,4
II. DÍVIDA EXTERNA	197.036,3	197.552,8	180.828,4	164.631,2	173.221,3	168.040,7	169.428,8	174.919,7	187.603,8	212.765,4	256.908,5	225.519,1	287.814,1
Dívida Mobiliária	148.999,9	149.586,4	135.980,2	124.482,9	131.535,1	127.672,9	129.252,8	134.051,0	143.612,1	163.790,8	194.479,2	171.605,4	220.897,7
Títulos Depositados em Garantias	-4.456,8	-4.858,2	-4.209,9	-3.768,8	-3.991,7	-3.917,5	-3.580,7	-3.803,6	-4.022,4	-4.565,6	-5.656,7	-5.284,3	-7.107,4
Dívida Contratual	53.655,2	53.964,9	50.177,7	44.900,8	46.640,9	45.260,1	44.706,1	45.615,0	49.003,9	54.544,8	69.155,8	60.380,5	75.150,2
Disponibilidades	-1.162,0	-1.140,3	-1.119,7	-983,7	-963,0	-974,7	-949,4	-942,8	-989,7	-1.004,6	-1.069,8	-1.182,6	-1.126,4
III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)	287.525,3	297.910,9	286.308,8	285.131,0	293.804,0	300.199,7	294.900,6	309.924,7	327.579,8	349.363,3	400.255,3	349.167,1	400.169,2
DÍVIDA LÍQUIDA/PIB	24,7%	25,3%	24,2%	23,9%	24,5%	24,9%	24,4%	25,5%	26,6%	28,2%	32,1%	27,8%	31,4%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

¹ Inclui Dívida Securitizada, Certificados de Privatização e TDA . Ver Tabela A7.

TABELA A6 - DÍVIDA EXTERNA DO TESOURO NACIONAL

R\$ milhões

	Set/2001	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set/2002
I. DÍVIDA MOBILIÁRIA	148.999,9	149.586,4	135.980,2	124.482,9	131.535,1	127.672,9	129.252,8	134.051,0	143.612,1	163.790,8	194.479,2	171.605,4	220.897,7
I.1. BÔNUS DE RENEGOCIAÇÃO	53.314,3	53.067,8	49.570,6	45.487,3	46.744,8	45.389,8	44.878,3	44.729,7	47.750,1	53.853,7	64.912,6	57.221,9	73.682,7
Brazil Investment Bond (BIB)	992,7	1.006,0	939,7	862,3	898,7	872,7	827,5	841,4	898,2	1.013,0	1.221,0	1.076,4	1.326,8
Par Bond (PB)	5.685,2	5.761,4	5.381,8	4.938,4	4.965,9	4.822,0	4.771,4	4.782,8	5.105,7	5.758,4	6.940,9	6.118,6	7.885,1
Discount Bond (DB)	5.965,6	6.045,5	5.647,1	5.182,0	5.274,4	5.121,5	5.067,8	5.152,7	5.500,6	6.203,7	7.477,7	6.591,7	8.494,9
Front-Loaded Interest Reduction Bond (FLIRB)	1.654,8	1.676,9	1.566,4	1.437,4	1.468,1	1.425,5	1.410,6	1.434,2	1.531,0	1.726,8	2.081,3	1.834,8	2.364,5
Front-Loaded Interest Reduction Bond with Capitalization (C-Bond)	17.647,6	17.884,1	16.705,5	15.329,4	15.814,7	15.356,3	15.195,4	15.449,8	16.492,9	18.601,3	22.421,1	19.764,7	25.471,1
Debt Conversion Bond (DCB)	10.201,4	10.338,1	9.656,8	8.861,4	9.175,4	8.909,4	8.816,1	8.961,2	9.566,7	10.789,1	13.004,6	11.463,8	14.773,7
New Money Bond (NMB)	4.492,1	4.267,8	3.986,6	3.658,2	3.778,4	3.668,9	3.630,5	3.445,2	3.677,8	4.147,9	4.999,7	4.407,3	5.679,8
Eligible Interest (EI)	6.674,8	6.087,8	5.686,7	5.218,2	5.369,2	5.213,5	5.158,9	4.662,5	4.977,3	5.613,5	6.766,3	5.964,6	7.686,7
I.2. BÔNUS CAPTAÇÃO	95.685,6	96.518,6	86.409,5	78.995,6	84.790,2	82.283,0	84.374,4	89.321,3	95.862,0	109.937,1	129.566,6	114.383,5	147.215,0
Bônus Global	2.003,5	2.030,3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bônus Marco Alemão 2007	1.242,8	1.245,8	1.137,7	1.052,9	1.064,8	1.033,9	1.023,1	1.040,2	1.206,5	1.444,1	1.716,8	1.520,4	1.970,3
Bônus Parallel Franco	370,6	371,4	339,2	313,9	327,2	317,7	314,4	319,6	-	-	-	-	-
Bônus Parallel Florim	441,2	442,3	403,9	373,8	389,5	378,3	374,3	380,6	-	-	-	-	-
Bônus Parallel Xelim	353,3	354,1	323,4	299,3	311,9	302,9	299,7	304,7	-	-	-	-	-
Bônus Global 2027	9.349,6	9.474,9	8.850,5	8.121,4	8.464,1	8.218,7	8.132,6	8.268,8	8.827,0	9.955,4	11.999,8	10.578,1	13.632,2
Bônus EuroIra	941,4	943,7	861,8	797,6	831,2	807,1	798,7	812,1	866,9	1.094,0	1.300,6	1.151,8	1.492,6
Bônus Eurosterling 2007	591,3	591,9	537,1	506,1	513,0	499,5	492,9	501,1	535,0	603,3	805,6	704,0	918,0
Bônus Euro 2003	1.217,9	1.220,8	1.115,0	1.031,8	1.041,2	1.011,1	1.000,5	1.017,2	1.085,9	1.412,2	1.678,9	1.486,8	1.926,8
Bônus Marco Alemão 2008	932,1	934,3	853,3	789,7	823,0	799,1	790,7	804,0	904,9	1.083,1	1.287,6	1.140,3	1.477,7
Bônus Global 2008	3.339,1	3.383,9	3.160,9	2.900,5	3.022,9	2.935,3	5.809,0	5.906,3	6.305,0	7.111,0	8.571,3	7.555,8	9.737,3
Bônus Global 2004	8.013,9	8.121,3	7.586,1	6.961,2	7.254,9	7.044,6	6.970,8	7.087,5	7.566,0	8.533,2	10.285,5	9.066,9	11.684,7
Bônus Euro 2002	1.948,7	1.953,3	1.783,9	1.650,9	1.666,0	1.617,7	1.600,7	1.627,5	1.887,8	2.259,6	-	-	-
Bônus Euro 2004	1.217,9	1.220,8	1.115,0	1.031,8	1.041,2	1.011,1	1.000,5	996,9	1.156,3	1.384,0	1.645,3	1.457,1	1.888,3
Bônus Global 2009	5.342,6	5.414,2	5.057,4	4.640,8	4.836,6	4.696,4	4.647,2	4.725,0	5.044,0	5.688,8	6.857,0	6.044,6	7.789,8
Bônus Euro 2006	1.705,1	1.709,2	1.560,9	1.444,5	1.457,7	1.415,5	1.400,6	1.399,7	1.623,5	1.943,2	2.310,2	2.045,8	2.651,3
Bônus Euro 2001	1.461,5	1.465,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bônus Global 2020	2.671,3	2.707,1	2.528,7	2.320,4	2.418,3	2.348,2	2.323,6	2.362,5	2.522,0	2.844,4	3.428,5	3.022,3	3.894,9
Bônus Euro 2010	1.826,9	1.831,3	1.672,4	1.547,7	1.561,9	1.516,6	1.500,7	1.525,8	1.769,8	2.118,4	2.518,4	2.230,2	2.890,2
Bônus Global 2030	4.274,1	4.331,4	4.045,9	3.712,6	3.869,3	3.757,1	3.717,8	3.780,0	4.035,2	4.551,0	5.485,6	4.835,7	6.231,8
Bônus Samurai 2003	5.803,3	5.743,7	5.326,0	4.595,7	4.763,3	4.562,4	4.547,3	4.768,9	5.267,5	6.173,1	7.425,9	6.628,4	8.309,3
Bônus Euro 2005	3.044,8	3.052,1	2.787,4	2.579,5	2.603,1	2.527,6	2.501,2	2.518,6	2.921,4	3.496,7	4.214,8	3.681,3	4.770,7
Bônus Global 2007	4.007,0	4.060,7	3.793,1	3.480,6	3.627,5	3.522,3	3.485,4	3.543,8	3.783,0	4.266,6	5.142,8	4.533,5	5.842,4
Bônus Global 2040	13.776,7	13.961,4	13.041,3	11.967,0	12.471,9	12.110,4	11.983,5	12.184,1	13.006,7	14.669,5	17.681,8	15.586,9	20.087,2
Bônus Euro 2007	1.826,9	1.831,3	1.672,4	1.547,7	1.561,9	1.516,6	1.500,7	1.525,8	1.769,8	2.118,4	2.518,4	2.230,2	2.890,2
Bônus Samurai 2006	1.339,2	1.325,5	1.229,1	1.060,5	1.079,0	1.052,9	1.049,4	1.100,5	1.215,6	1.424,6	1.713,7	1.529,6	1.917,5
Bônus Global 2006	4.007,0	4.060,7	3.793,1	3.480,6	3.627,5	3.522,3	3.485,4	3.543,8	3.783,0	4.266,6	5.142,8	4.533,5	5.842,4
Bônus Euro 2011	2.435,8	2.441,7	2.229,9	2.063,6	2.082,5	2.022,1	2.009,9	2.034,4	2.359,8	2.824,5	3.357,8	2.973,6	3.853,6
Bônus Global 2024	5.743,3	5.820,3	5.436,7	4.988,9	5.199,3	5.048,6	4.995,7	5.079,4	5.422,3	6.115,5	7.371,3	6.497,9	8.374,0
Bônus Samurai 2007	1.785,6	1.767,3	1.638,8	1.414,1	1.438,6	1.403,8	1.399,2	1.467,3	1.620,8	1.899,4	2.284,9	2.039,5	2.556,7
Bônus Global 2005	2.671,3	2.707,1	2.528,7	2.320,4	2.418,3	2.348,2	2.323,6	2.362,5	2.522,0	2.844,4	3.428,5	3.022,3	3.894,9
Bônus Global 2012	-	-	-	-	3.022,9	2.935,3	2.904,5	2.953,1	3.152,5	3.555,5	4.285,6	3.777,9	4.868,6
Euro Bond 2009	-	-	-	-	-	-	-	1.017,2	1.179,9	1.412,2	1.678,9	1.486,8	1.926,8
Bônus Global 2010	-	-	-	-	-	-	-	2.362,5	2.522,0	2.844,4	3.428,5	3.022,3	3.894,9
II. TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA	-4.456,8	-4.858,2	-4.209,9	-3.768,8	-3.991,7	-3.917,5	-3.580,7	-3.803,6	-4.022,4	-4.565,6	-5.656,7	-5.284,3	-7.107,4
III. DÍVIDA CONTRATUAL	53.655,2	53.964,9	50.177,7	44.900,8	46.640,9	45.260,1	44.706,1	45.615,0	49.003,9	54.544,8	69.155,8	60.380,5	75.150,2
IV. DISPONIB. DE FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	-1.162,0	-1.140,3	-1.119,7	-983,7	-963,0	-974,7	-949,4	-942,8	-989,7	-1.004,6	-1.069,8	-1.182,6	-1.126,4
V. TOTAL (I+II+III+IV)	197.036,3	197.552,8	180.828,4	164.631,2	173.221,3	168.040,7	169.428,8	174.919,7	187.603,8	212.765,4	256.908,5	225.519,1	287.814,1
DÍVIDA EXTERNA TOTAL/PIB	16,9%	16,8%	15,3%	13,8%	14,4%	14,0%	14,0%	14,4%	15,3%	17,2%	20,6%	17,9%	22,6%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

TABELA A7 - DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL

R\$ milhões

	Set/2001	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set/2002
DÍVIDA MOBILIÁRIA TOTAL	650.451,3	676.684,8	680.641,2	691.817,5	697.630,6	711.471,1	713.695,0	730.722,1	746.927,5	760.458,8	806.298,3	799.952,0	831.903,3
I. Dívida em Mercado	475.125,8	490.690,7	495.198,5	507.532,3	514.240,0	522.729,6	518.340,9	532.717,2	539.995,0	546.216,2	577.668,2	556.108,7	569.525,7
Dívida Securitizada	19.058,7	17.223,7	17.394,8	19.275,2	19.482,2	23.712,1	22.560,4	22.161,8	22.219,6	22.214,0	22.396,2	22.988,0	23.030,9
Certificados de Privatização	39,0	39,1	39,2	39,2	40,2	40,2	40,3	40,4	40,5	40,5	40,6	26,7	8,0
TDA	2.422,4	2.347,5	2.291,2	2.276,5	2.224,5	2.244,0	2.245,4	2.217,4	2.206,7	2.193,8	2.215,5	2.158,7	2.157,0
LTN	57.183,2	52.859,2	51.191,1	48.806,7	48.039,9	47.389,4	56.897,2	61.907,9	61.006,2	56.249,0	51.746,4	48.187,3	43.031,1
LFT	255.029,6	260.464,3	266.019,8	275.243,1	279.676,2	277.993,1	260.294,3	265.366,0	268.387,8	270.183,2	298.070,4	295.315,3	304.292,9
LFT-A	20.742,9	20.931,8	20.935,2	20.960,6	21.148,4	21.276,7	21.430,3	21.608,7	21.758,4	21.903,4	22.041,9	22.216,8	22.368,9
LFT-B	29.952,1	30.019,8	29.989,8	29.953,5	29.619,2	29.639,1	29.842,8	29.873,9	29.909,3	29.879,4	29.845,2	22.405,4	13.660,8
LFT-E	453,6	460,5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
NTN-A	12.475,5	12.374,5	11.447,7	10.713,7	11.307,8	10.944,7	10.842,8	10.790,0	11.578,0	12.990,4	15.890,9	14.080,5	18.162,3
NTN-B	-	-	-	-	8.156,9	8.404,4	9.275,6	9.403,4	9.514,7	9.588,1	9.694,9	9.905,3	10.072,6
NTN-C	23.400,6	24.872,1	25.961,4	26.781,6	26.836,1	30.746,9	30.922,8	33.589,0	34.753,6	35.920,9	36.651,3	38.412,9	40.515,6
NTN-D	20.941,2	35.460,5	37.820,0	39.204,3	40.709,8	47.277,5	50.921,8	53.710,2	56.073,2	61.936,2	67.138,5	58.089,5	68.963,3
NTN-H	1.580,1	1.704,4	1.286,1	212,6	213,5	173,4	173,7	160,6	161,0	161,3	161,6	162,1	162,4
NTN-I	2.693,5	2.728,7	1.926,3	1.260,5	1.513,9	1.415,8	1.381,5	1.398,3	1.514,0	1.709,2	2.005,8	1.729,2	1.813,2
NTN-P	11.844,2	11.936,5	11.942,4	12.103,0	4.595,7	4.622,8	4.654,1	4.687,7	4.728,5	4.758,0	2.340,4	2.358,2	2.373,8
CFT-A	11.955,0	11.891,0	11.928,3	11.945,5	11.938,6	11.242,7	11.228,9	11.220,3	11.244,0	11.295,6	11.460,6	11.765,6	11.974,5
CFT-D	2.887,3	2.974,2	2.705,0	1.836,2	1.655,8	1.614,9	1.614,1	2.304,7	2.506,7	2.760,3	3.042,1	3.149,0	3.445,8
Demais	2.467,1	2.402,9	2.320,3	6.920,1	7.081,2	3.991,9	4.015,1	2.277,0	2.393,0	2.432,8	2.925,8	3.158,3	3.492,7
II. Dívida com BACEN	175.325,5	185.994,1	185.442,7	184.285,2	183.390,6	188.741,5	195.354,0	198.004,9	206.932,5	214.242,6	228.630,1	243.843,3	262.377,6
LTN	30.125,5	28.028,8	25.699,9	27.962,0	25.193,8	23.222,7	24.848,0	54.442,5	55.521,0	57.109,4	63.100,0	62.334,0	65.048,6
LFT	46.123,6	46.297,9	46.401,8	46.499,7	47.217,5	47.810,9	53.093,8	54.751,1	57.791,5	57.637,5	62.017,3	101.613,3	102.733,8
LFT-A	62.104,5	62.608,8	63.023,2	63.437,0	63.939,9	64.555,7	64.655,8	-	-	-	-	-	-
NTN-A	1.628,1	2.133,1	1.702,1	1.836,1	2.072,1	1.869,9	1.683,1	1.715,6	-	-	-	-	-
NTN-D	34.730,1	46.310,0	47.999,4	43.933,4	44.349,0	50.664,2	50.455,0	87.091,0	93.615,3	99.490,9	103.508,0	76.030,5	90.648,2
Demais	613,7	615,4	616,2	616,9	618,4	618,0	618,3	4,7	4,7	4,8	4,8	3.865,5	3.947,1
Dívida em Mercado/PIB	40,8%	41,7%	41,8%	42,5%	42,9%	43,4%	42,8%	43,8%	43,9%	44,2%	46,4%	44,2%	44,7%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

TABELA A8 - DÍVIDA LÍQUIDA DOS FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES

R\$ milhões

	Set/2001	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set/2002
I. INTERNA	-85.282,2	-86.768,9	-86.588,2	-87.316,1	-89.598,3	-90.682,0	-92.110,1	-93.046,8	-94.351,2	-95.250,0	-98.123,8	-99.543,5	-101.377,1
Dívida contratual	652,6	655,1	620,4	581,9	597,8	585,3	579,1	585,7	619,1	674,1	785,2	707,8	872,1
FAT	-62.252,1	-63.525,2	-63.208,6	-63.702,3	-65.643,2	-65.918,7	-66.717,2	-66.976,5	-67.674,4	-68.081,6	-70.604,5	-71.322,3	-72.945,5
Aplicações financeiras	-2.206,2	-2.172,0	-2.066,5	-1.951,7	-1.926,2	-2.206,9	-2.501,4	-2.759,0	-2.759,1	-2.782,2	-2.632,5	-2.761,3	-2.765,3
Fundos Regionais	-15.349,0	-15.630,2	-15.859,5	-16.091,8	-16.362,8	-16.842,7	-17.202,5	-17.514,5	-17.883,8	-18.330,7	-18.681,3	-18.979,3	-19.235,9
Demais	-6.127,5	-6.096,5	-6.074,0	-6.152,1	-6.264,0	-6.299,0	-6.268,1	-6.382,6	-6.652,9	-6.729,7	-6.990,8	-7.188,3	-7.302,5
II. EXTERNA	-1.162,0	-1.140,3	-1.119,7	-983,7	-963,0	-974,7	-949,4	-942,8	-989,7	-1.004,6	-1.069,8	-1.182,6	-1.126,4
Disponibilidades	-1.162,0	-1.140,3	-1.119,7	-983,7	-963,0	-974,7	-949,4	-942,8	-989,7	-1.004,6	-1.069,8	-1.182,6	-1.126,4
III. DÍVIDA LÍQUIDA (I+II)	-86.444,2	-87.909,2	-87.707,9	-88.299,8	-90.561,4	-91.656,7	-93.059,5	-93.989,6	-95.340,9	-96.254,6	-99.193,6	-100.726,0	-102.503,5
DÍVIDA LÍQUIDA/PIB	-7,4%	-7,5%	-7,4%	-7,4%	-7,6%	-7,6%	-7,7%	-7,7%	-7,8%	-7,8%	-8,0%	-8,0%	-8,0%

(-) Haver (+) Obrigação

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

COMENTÁRIOS

Os repasses aos Fundos de Participação (FPM e FPE), apresentaram em setembro acréscimo de 10,4%, em relação aos valores creditados em agosto. Contribuiu para isso, basicamente, o menor volume de restituição do imposto de renda das pessoas físicas, 4º lote, referente ao ano base de 2001, ficando bem abaixo dos valores processados nos meses de junho, julho e agosto.

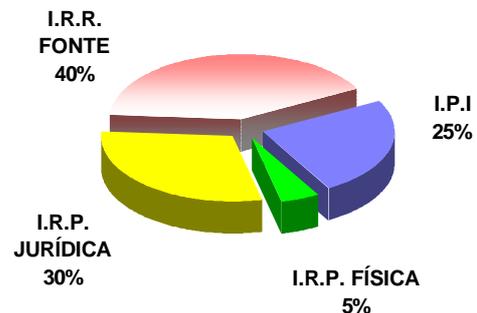
O incremento de 22,1% observado no período acumulado de janeiro a setembro, quando comparado ao mesmo período de 2001, decorreu de fatores atípicos, não observados no exercício anterior, tais como: pagamento do Imposto de Renda pelos fundos de pensão e a desistência de ações judiciais tendo como consequência o pagamento também do I.R. pelos contribuintes.

As transferências por conta do IPI ficaram abaixo da estimativa inicial divulgada. A variação de apenas 0,3% em relação a agosto teve como causa principal a redução na arrecadação do IPI-Automóveis, por conta da queda no volume de vendas e veículos no mercado interno.

COMPOSIÇÃO DOS FUNDOS

Em **setembro** os percentuais de composição, por tributo, foram os seguintes:

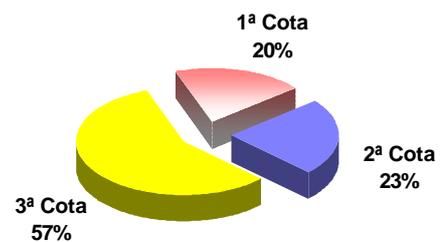
BASE DE CÁLCULO DO FPM FPE FNO FNE FCO



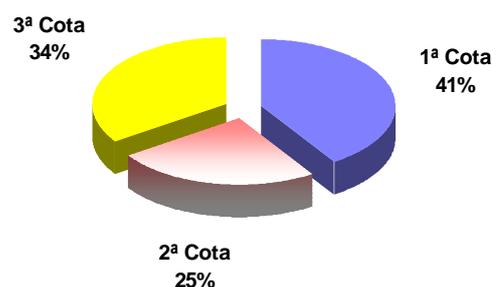
DISTRIBUIÇÃO NOS DECÊNDIOS

Os percentuais de cada cota decencial, em relação ao total do mês, estão representados nos gráficos abaixo:

FPE/FPM/FNE/FNO/FCO



IPI-EXP



DISTRIBUIÇÃO DO FPM/FPE

ANO	FPM * (R\$ Milhões)			VARIÇÃO NOMINAL(%)		
	SET	AGO	JAN A SET	SET/02 AGO/02	SET/02 SET/01	JAN A SET/02 JAN A SET/01
2001	1.470,7	1.359,7	13.013,1	-	-	-
2002	1.651,7	1.496,1	15.891,2	+10,4%	+12,3%	+22,1%

ANO	FPE * (R\$ Milhões)			VARIÇÃO NOMINAL(%)		
	SET	AGO	JAN A SET	SET/02 AGO/02	SET/02 SET/01	JAN A SET/02 JAN A SET/01
2001	1.405,3	1.299,2	12.434,7	-	-	-
2002	1.578,3	1.429,6	15.185,0	+10,4%	+12,3%	+22,1%

(*) Não excluídos 15% para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério-FUNDEF

PREVISTO X REALIZADO

De acordo com a Portaria STN 578/01 os créditos no mês de **setembro** foram efetuados nas seguintes datas: **10/09, 20/09 e 30/09**. O quadro abaixo mostra a variação estimada dos fundos, divulgada pela STN, e o percentual efetivamente realizado.

Mês	FPE		FPM		IPI-EXP	
	ESTIM.	REAL.	ESTIM.	REAL.	ESTIM.	REAL.
SET	+2,0 %	+10,4 %	+2,0 %	+10,4 %	+6,0 %	+0,3 %

DEMONSTRAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO

Os valores distribuídos para cada Fundo foram originários de parcela da arrecadação do IPI e do IR no período de 21 de agosto a 20 de setembro, conforme demonstrativo abaixo: **R\$ Milhões**

Período de Arrecadação	Arrecadação Líquida Realizada (Competência)			Receita Classificada (Caixa)	Base de Cálculo IPI+IR	Transferências Constitucionais			
	IPI	IR	IPI+IR			Valores Distribuídos			
						FPE (1)	FPM (1)	IPI-EXP (1) (2)	FUNDEF(2)
3º Dec./Ago	481,2	2.899,8	3.381,1						
SET/2002	1.636,5	7.634,5	9.271,1	SET/2002	7.340,8	1.341,5	1.403,9	132,2	507,8
1º Dec./Set.	669,3	1.166,8	1.836,2	3º Dec./Ago.	3.381,1	617,9	646,6	40,9	230,4
2º Dec./Set.	404,4	1.719,2	2.123,6	1º Dec./Set.	1.836,2	335,6	351,2	56,9	131,2
3º Dec./Set.	562,9	4.748,5	5.311,3	2º Dec./Set.	2.123,6	388,1	406,1	34,4	146,2

Obs.: Arrecadação Líquida = Arrecadação Bruta - Restituições - Incentivos Fiscais. Na arrecadação estão computadas as receitas provenientes dos acréscimos legais (juros, multas e receitas de dívida ativa). (1) Deduzidos 15% para o FUNDEF. (2) Inclui recursos do FPM/FPE/IPI-EXP.

DISTRIBUIÇÃO DOS FUNDOS (R\$ mil)

UF	FPM	FPE	IPIEXP	FUNDEF UNIÃO
AC	7.726,23	45.893,73	13,38	9.509,69
AL	33.338,03	55.808,98	129,81	16.169,86
AM	19.640,24	37.434,05	3.748,36	11.231,38
AP	5.317,33	45.773,00	30,42	9.222,14
BA	127.278,84	126.052,82	7.735,86	58.135,72
CE	71.286,56	98.426,70	1.564,26	31.030,20
DF	3.386,90	9.259,24	2,96	2.632,27
ES	24.938,06	20.122,95	5.893,77	11.098,43
GO	52.475,20	38.141,03	925,13	16.813,80
MA	56.692,84	96.834,30	1.580,94	36.932,40
MG	182.794,80	59.758,44	17.169,10	52.208,97
MS	21.029,14	17.869,18	790,36	7.613,90
MT	26.761,02	30.961,17	722,68	11.272,74
PA	50.929,38	81.994,30	6.338,40	30.947,56
PB	45.335,00	64.244,52	334,90	19.538,70
PE	72.342,46	92.568,24	861,67	28.178,07
PI	34.800,10	57.972,87	155,08	18.184,61
PR	95.197,48	38.678,99	14.282,56	31.127,27
RJ	41.703,24	20.494,55	8.408,19	15.357,66
RN	34.776,51	56.047,77	410,19	16.279,12
RO	12.682,63	37.772,11	145,95	9.052,75
RR	6.702,33	33.279,33	9,78	7.076,21
RS	95.139,59	31.590,34	21.902,09	31.168,07
SC	55.300,46	17.168,90	12.469,07	16.763,51
SE	20.266,20	55.744,59	88,88	13.553,11
SP	186.713,96	13.415,30	26.433,21	54.702,14
TO	21.384,40	58.222,39	19,03	14.090,51
TOTAL	1.405.938,94	1.341.529,77	132.166,05	579.890,76

ESTIMATIVA TRIMESTRAL

As previsões embutem margem de erro, face às possíveis variações decorrentes do comportamento da arrecadação.

A expectativa de variação das Transferências Constitucionais para os próximos três meses é a seguinte:

Fundo	OUT/SET	NOV/OUT	DEZ/NOV
FPM	+18,0%	-27,0%	+22,0%
FPE	+18,0%	-27,0%	+22,0%
IPI-EXP	+18,0%	+1,0%	+1,0%

OBS.: Previsão de acordo com os dados fornecidos pela SRF, sujeita a alterações.

DATAS DE PUBLICAÇÃO

Em observância ao que determina o Art. 6º da Lei Complementar 62, de 28/12/89, os valores das Transferências Constitucionais distribuídos por Estado e Município foram publicados no Diário Oficial da União, Seção I, nas seguintes datas:

Mês	Data	Mês	Data
Nov/2001	30/01/02	Abr/2002	28/05/02
Dez/2001	25/01/02	Mai/2002	21/06/02
Jan/2002	21/02/02	Jun/2002	31/07/02
Fev/2002	27/03/02	Jul/2002	21/08/02
Mar/2002	29/04/02	Ago/2002	24/09/02

Coordenação-Geral de Programação Financeira - **COFIN**

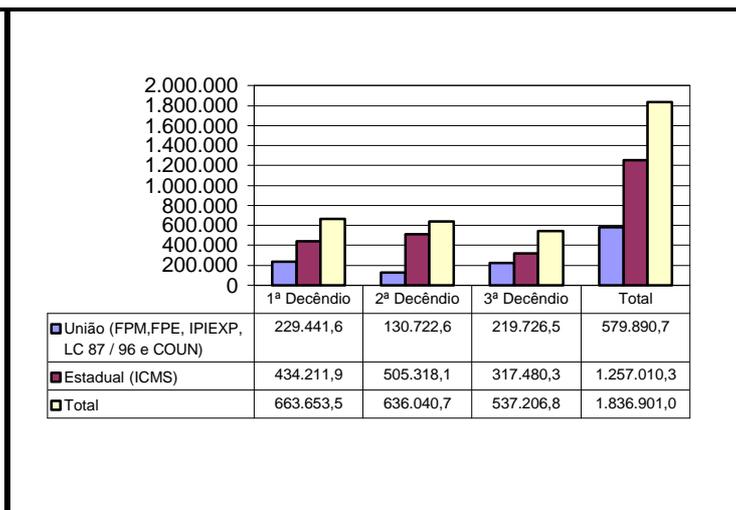
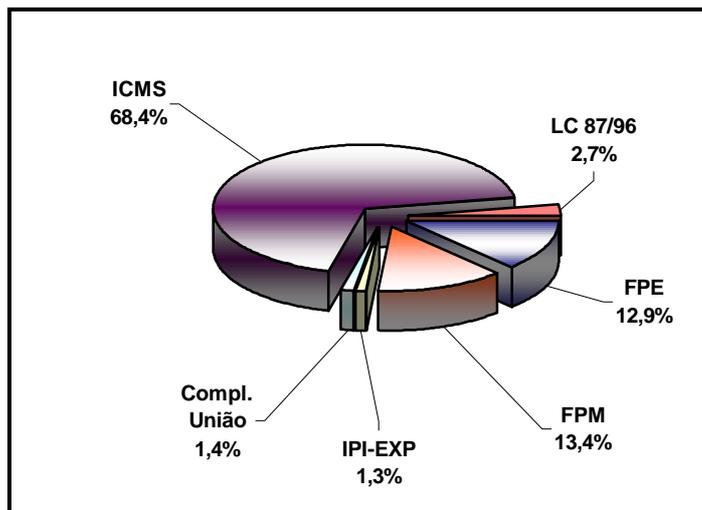
Fone: (061) 412.3115/3116 Fax: (061) 412.1559

Email: stncofin@fazenda.gov.br

(1) Deduzidos 15% para o FUNDEF. (2) Inclui recursos do FPM/FPE/IPI-EXP/LC87/96 e Complementação da União. (3) Alguns municípios não participam do FUNDEF, amparados por decisão judicial.

FUNDEF BRASIL POR ORIGEM
FUNDEF BRASIL POR DECÊNIO

Os gráficos abaixo demonstram os valores do FUNDEF TOTAL, por origem, e a sua distribuição nos decêndios.


DISTRIBUIÇÃO DO FUNDEF POR ESTADO - SETEMBRO/2002 (EM R\$ MIL)

Estados	Matrículas (1)	Origens						FUNDEF Total (3)	Média (em reais) por aluno	
		FPE	FPM	IPI-EXP	Compl. União (4)	LC 87/96	ICMS		No mês	Até o mês
AC	138.714	8.098,9	1.363,5	2,4	0,0	45,0	2.119,0	11.628,7	83,8	781,9
AL	675.161	9.848,6	5.883,2	22,9	0,0	415,1	7.977,6	24.147,5	35,8	336,6
AM	666.430	6.606,0	3.465,9	661,5	0,0	498,0	19.570,6	30.801,9	46,2	461,5
AP	119.101	8.077,6	938,4	5,4	0,0	200,8	4.904,8	14.126,9	118,6	881,7
BA	3.523.271	22.244,6	22.461,0	1.365,2	10.228,7	1.836,3	64.379,6	122.515,3	34,8	309,4
CE	1.659.062	17.369,4	12.580,0	276,0	0,0	804,8	18.835,4	49.865,6	30,1	331,2
DF(2)	311.758	1.634,0	597,7	0,5	0,0	400,1	0,0	2.632,3	8,4	80,4
ES	521.063	3.551,1	4.400,8	1.040,1	0,0	2.106,4	24.356,5	35.454,9	68,0	594,2
GO	998.390	6.730,8	9.260,3	163,3	0,0	659,5	37.421,6	54.235,4	54,3	485,3
MA	1.531.967	17.088,4	10.004,6	279,0	8.730,9	829,5	8.270,7	45.203,1	29,5	302,7
MG	3.325.229	10.545,6	32.257,9	3.029,8	0,0	6.375,7	131.530,5	183.739,5	55,3	464,2
MS	427.869	3.153,4	3.711,0	139,5	0,0	610,0	17.366,8	24.980,7	58,4	517,3
MT	562.866	5.463,7	4.722,5	127,5	0,0	958,9	24.891,7	36.164,4	64,3	569,3
PA	1.543.112	14.469,6	8.987,5	1.118,5	4.215,9	2.156,0	16.464,2	47.411,8	30,7	311,2
PB	796.203	11.337,3	8.000,3	59,1	0,0	142,0	10.859,6	30.398,3	38,2	364,2
PE	1.578.289	16.335,6	11.024,3	152,1	0,0	666,2	28.680,4	56.858,4	36,0	347,0
PI	745.608	10.230,5	6.141,2	27,4	1.636,5	149,0	6.426,9	24.611,5	33,0	316,2
PR	1.570.158	6.825,7	16.799,5	2.520,5	0,0	4.981,6	73.056,5	104.183,7	66,4	579,9
RJ	2.008.532	3.616,7	7.359,4	1.483,8	0,0	2.897,8	126.719,0	142.076,6	70,7	640,6
RN	579.231	9.890,8	6.137,0	72,4	0,0	178,9	12.928,1	29.207,2	50,4	455,1
RO	299.212	6.665,7	2.238,1	25,8	0,0	123,2	8.547,6	17.600,3	58,8	501,5
RR	72.178	5.872,8	1.182,8	1,7	0,0	18,9	1.674,0	8.750,2	121,2	1.125,2
RS	1.580.781	5.574,8	16.766,1	3.865,1	0,0	4.962,1	111.495,6	142.663,6	90,2	720,6
SC	890.468	3.029,8	9.758,9	2.200,4	0,0	1.774,4	43.063,9	59.827,4	67,2	647,2
SE	393.510	9.837,3	3.576,4	15,7	0,0	123,8	10.842,0	24.395,1	62,0	518,2
SP	5.347.539	2.367,4	32.347,4	4.664,7	0,0	15.322,6	439.149,9	493.852,0	92,4	822,5
TO	286.388	10.274,5	3.773,7	3,4	0,0	38,9	5.478,2	19.568,7	68,3	627,6
Total	32.152.090	236.740,5	245.739,3	23.323,4	24.812,0	49.275,5	1.257.010,4	1.836.901,1	57,1	512,8

Fonte: SIAFI - (1) Número de matrículas, conforme Portaria MEC nº 3.016, de 20.12.2001. (2) Não há informação de distribuição da parcela do ICMS neste mês. (3) Montante da UF (Estado e Municípios).

Obs: Total do estado x coeficiente individual de participação divulgado pelo MEC = valor da cota de cada beneficiário.